



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2012



*COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO*

BRASÍLIA/DF

Sumário

<i>Apresentação</i>	4
<i>Siglas e Abreviações</i>	6
1. A Comissão de Segurança Pública	7
1.1. Composição da Comissão	7
1.1.1. Presidente	7
1.1.2. Vice-Presidentes	8
1.1.3. Membros	9
1.1.4. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão	12
2. Eventos	13
2.1. Audiências Públicas	13
2.1.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas	13
2.2. Outros eventos	21
2.2.1. Seminários	21
2.2.2. Diversos	23
2.3. Demonstrativo Numérico dos Eventos	29
3. Apreciação de Proposições na Comissão	30
3.1. Demonstrativos Numéricos dos Requerimentos	30
3.2. Demonstrativos Numéricos dos Projetos	31
3.3. Emendas à LDO e ao Orçamento para 2013	32
4. Histórico da CSPCCO	34
4.1. Requerimentos	34
4.2. Projetos	35
4.3. Eventos	35
5. A Sociedade e a Comissão	36
6. A Comissão é Notícia	38
7. Subcomissões	60
Anexos	62
Tabela 1. Proposições Apreciadas na Comissão	63
Tabela 1.1. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas	71
Tabela 2. Outras Saídas	76
Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão	79
Tabela 3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas	92
Tabela 4. Requerimentos	97
Resolução nº 20, de 2004	106
<i>Equipe Técnica</i>	107
<i>Contatos</i>	107

APRESENTAÇÃO

Ao final de minha gestão como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, agradeço a todos os colegas parlamentares pelo apoio e empenho durante os nossos trabalhos, assim como a todas as assessorias e órgãos ligados à segurança pública, que foram igualmente parceiros no encaminhamento das mais diversas questões aqui tratadas.

Ressalto que a segurança pública, como uma das maiores preocupações de nossa sociedade, deve ser eleita por todos nós e, de modo especial, por todos os gestores públicos como prioridade máxima, sob pena de perdermos a hora e o trem da história e, além disso, sermos cobrados no futuro, por nossos próprios filhos, pela situação caótica - de insegurança e descaminho - que vier a se instalar neste País.

Esta Comissão tem papel primordial a desempenhar nesse sentido, principalmente buscando construir, em parceria com todos os agentes, um novo modelo de segurança que nos faça figurar nas estatísticas em posições próximas às dos países mais desenvolvidos.

Foi buscando esta parceria e a interlocução com os diversos atores que esta Comissão, durante o ano de 2012, se fez presente de Norte a Sul do País, não medindo esforços para atender a todas as demandas, atender a todos os convites. Sendo assim, se fez presente na XXXIII Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Pública do Nordeste – CONSENE, realizada em março em São Luís, no Maranhão; no 25º Fórum da Liberdade, realizado em Porto Alegre/RS, discutindo o tema “O Brasil em 2037: que País será esse” tendo sido este Presidente o expositor no painel “Drogas, Violência e Liberdade”; ainda em abril, a CSPCCO participou da 6ª Reunião do Comitê Gestor do Pacto pela Vida, realizada em Recife/PE; em junho, se fez presente ao lado de Comissões de Segurança Pública dos Estados, no Fórum Legislativo de Segurança Pública promovido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e em novembro esteve presente em São Paulo, acompanhando as providências adotadas pelas autoridades estaduais para solucionar os graves problemas que acometem aquele Estado.

Considerando ainda a importância da participação da sociedade civil organizada, esta Comissão promoveu, em João Pessoa, seminário para debater os investimentos na área da segurança pública nos estados brasileiros, etapa Paraíba, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos no ano anterior e proporcionando aos integrantes das diversas forças de segurança oportunidade de se expressarem, detalharem suas dificuldades e proporem os métodos mais adequados para solucioná-las.

Reitero a importância de a Comissão ocupar cada vez mais o espaço que lhe é próprio, discutir e formular um novo modelo de segurança para Brasil, modelo que redunde em mudança de cultura, de modo que o cidadão veja a segurança pública como um direito seu e responsabilidade de todos.

Faço votos para de que no ano vindouro sejam envidados ainda mais esforços na persecução dessa meta, contando com o empenho e participação de todos os parlamentares que integrarem esta Casa.

Muito obrigado a todos.

Deputado **EFRAIM FILHO** (DEM/PB), Presidente.

SIGLAS E ABREVIATÓES

CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CEDROGA	Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do Crack e de outras drogas ilícitas
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CN	Congresso Nacional
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPICARCE	Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CTD	Comissão de Turismo e Desporto
DEM	Democratas
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEN	Partido Ecológico Nacional
PF	Polícia Federal
PL	Projeto de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
Req	Requerimento
RG	Registro Geral
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SINARM	Sistema Nacional de Armas
SINESP	Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal
STF	Supremo Tribunal Federal

1. A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.1. Composição da Comissão

1.1.1. Presidente



Deputado EFRAIM FILHO
(DEM/PB)
PRESIDENTE

Mandatos: 2007/2011,
2011/2015
Gabinete: 744 - Anexo IV

1.1.2. Vice-Presidentes



Deputado MENDONÇA PRADO
(DEM/SE)

1º VICE-PRESIDENTE

Mandato: 2003/2007, 2007/2011,
2011/2015
Gabinete: 508 - Anexo IV



Deputado ALEXANDRE LEITE
(DEM/SP)

2º VICE-PRESIDENTE

Mandato: 2011/2015
Gabinete: 841 - Anexo IV



Deputado MARLLOS SAMPAIO
(PMDB/PI)

3º VICE-PRESIDENTE

Mandato: 2011/2015
Gabinete: 906 - Anexo IV

1.1.3. Membros

Titulares				
 <p>Alessandro Molon PT/RJ</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 652 – Anexo IV</p>	 <p>Dalva Figueiredo PT/AP</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 704 – Anexo IV</p>	 <p>Enio Bacci PDT/RS</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 930 – Anexo IV</p>	 <p>Fernando Francischini PEN/PR</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 265 – Anexo III</p>	 <p>Givaldo Carimbão PSB/AL</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 732 – Anexo IV</p>
 <p>Iriny Lopes PT/ES</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 469 – Anexo III</p>	 <p>João Campos PSDB/GO</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 315 – Anexo IV</p>	 <p>José Augusto Maia PTB/PE</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 758 – Anexo IV</p>	 <p>Junji Abe PSD/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 340 – Anexo IV</p>	 <p>Keiko Ota PSB/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 523 – Anexo IV</p>
 <p>Lourival Mendes PTdoB/MA</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 937 – Anexo IV</p>	 <p>Pinto Itamaraty PSDB/MA</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 933 – Anexo IV</p>		 <p>Rodrigo Bethlem PMDB/RJ</p> <p>Mandato: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 585 – Anexo III</p>	 <p>Vanderlei Siraque PT/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 15 – Anexo II</p>

Suplentes

 <p>Arnaldo Faria de Sá PTB/SP</p> <p>Mandatos: 1987/1991, 1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 929 – Anexo IV</p>	 <p>Carlos Sampaio PSDB/SP</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 207 – Anexo IV</p>	 <p>Delegado Protógenes PCdoB/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 745 – Anexo IV</p>	 <p>Edio Lopes PMDB/RR</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 350 – Anexo IV</p>	 <p>Erika Kokay PT/DF</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 203 – Anexo IV</p>
 <p>Fabio Trad PMDB/MS</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 452 – Anexo IV</p>	 <p>Gonzaga Patriota PSB/PE</p> <p>Mandatos: 1987/1991, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 430 – Anexo IV</p>	 <p>Guilherme Campos PSD/SP</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 283 – Anexo III</p>	 <p>Hugo Leal PSC/RJ</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 631 – Anexo IV</p>	 <p>Jair Bolsonaro PP/RJ</p> <p>Mandatos: 1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 482 – Anexo III</p>

Suplentes (Continuação)

 <p>José Mentor PT/SP</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 502 – Anexo IV</p>	 <p>Laercio Oliveira PR/SE</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 629 – Anexo IV</p>	 <p>Luiz Carlos PSDB/AP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 750 – Anexo IV</p>	 <p>Mauro Lopes PMDB/MG</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 841 – Anexo IV</p>	 <p>Nazareno Fonteles PT/PI</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 640 – Anexo IV</p>
 <p>Onyx Lorenzoni DEM/RS</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 828 – Anexo IV</p>	 <p>Pastor Eurico PSB/PE</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 369 – Anexo III</p>	 <p>Perpétua Almeida PCdoB/AC</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 625 – Anexo IV</p>	 <p>Sérgio Brito PSD/BA</p> <p>Mandatos: 1987/1991, 1991/1995, 2007/2011, 2011/2015 Gabinete: 638 – Anexo IV</p>	 <p>William Dib PSDB/SP</p> <p>Mandato: 2011/2015 Gabinete: 304 – Anexo IV</p>

1.1.4. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão

Membro	Deputado	Partido	UF	Entrada	Saída
Suplente	Abelardo Lupion	DEM	PR	*	11/4/12
Suplente	Andréia Zito	PSDB	RJ	21/3/12	12/4/12
Suplente	Antônia Lúcia	PSC	AC	*	21/3/12
Suplente	Cabo Juliano Rabelo	PSB	MT	*	4/4/12
Titular	Dr. Carlos Alberto	PMN	RJ	*	14/6/12
Titular	Francisco Araújo	PSD	RR	14/3/12	13/12/12
Suplente	Gonzaga Patriota	PSB	PE	10/4/12	*
Suplente	Guilherme Campos	PSD	SP	14/3/12	*
Suplente	Hugo Leal	PSC	RJ	21/3/12	*
Titular	Iriny Lopes	PT	ES	5/12/12	*
Titular	José Guimarães	PT	CE	28/11/12	3/12/12
				5/12/12	11/12/12
Titular	Junji Abe	PSD	SP	14/3/12	*
Suplente	Laercio Oliveira	PR	SE	10/10/12	*
Suplente	Lincoln Portela	PR	MG	*	10/10/12
Titular	Luiz Carlos	PSDB	AP	*	21/3/12
Suplente				12/4/12	*
Titular	Paulo Piau	PMDB	MG	*	13/6/12
Suplente	Perpétua Almeida	PCdoB	AC	11/4/12	*
Titular	Pinto Itamaraty	PSDB	MA	21/3/12	*
Suplente				*	21/3/12
Titular	Rodrigo Bethlem	PMDB	RJ	13/6/12	*
Suplente	Sérgio Brito	PSD	BA	14/3/12	*
Titular	Stepan Nercessian	PPS	RJ	*	4/4/12
Titular	Vanderlei Siraque	PT	SP	*	28/11/12
				3/12/12	5/12/12
				11/12/12	*

*Indica que o parlamentar já era membro da Comissão desde a instalação ou sua permanência até o fim de 2012.

2. EVENTOS

2.1. Audiências Públicas

Ao longo do ano de 2012, a Comissão de Segurança Pública promoveu 14 audiências públicas, entre elas uma conjunta. No quadro a seguir apresenta-se um resumo dessas audiências com os temas e os palestrantes que nelas estiveram presentes.

2.1.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
1 3/4/12	O papel do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.	Deputado Cabo Juliano. Req. nº 113/11	ERISSON LEMOS PITA, Coordenador da Área de Policiamento Comunitário da Secretaria Nacional de Segurança Pública, representando o Ministro da Justiça; JOSÉ WILAME V. MATIAS, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal; JACQUES LOPES DA CUNHA, Tenente-Coronel da Polícia Militar do Mato Grosso; SILBENE CRISTINA DO NASCIMENTO RABELO, Capitã da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; DALTON GEAN PEROVANO, Capitão da Polícia Militar do Estado do Paraná; e DOUGLAS SABATINI DABUL, Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
2 8/5/12	Discutir a atual situação dos policiais e bombeiros militares e as políticas públicas de valorização dos profissionais de segurança.	Deputado Mendonça Prado. Req. nº 135/12.	Desembargadora Federal SALETE MACCALÓZ, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Deputada JANIRA ROCHA, Deputada Estadual do Estado do Rio de Janeiro; Deputado CAPITÃO TADEU, Deputado Estadual do Estado da Bahia; Deputado SARGENTO ARAGÃO, Deputado Estadual do Estado de Tocantins; Coronel RABELO; Cabo JULIANO RABELO, ex-Deputado Federal; Sargento JORGE VIEIRA DA CRUZ; Cabo JEOÁS, Policial Militar do Estado do Rio Grande do Norte; Cabo BENEVENUTO DACIOLO, Ex-integrante do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro; Sargento EDGARD MENEZES SILVA FILHO; ADRIANA BORG, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos de Policias do Estado de São Paulo - AFAPESP; MARCO PRISCO CALDAS MACHADO, Diretor da ANASPRA; Soldado FLÁVIO SABINO; Capitão WAGNER SOUSA, Presidente da APROSPEC e Deputado Estadual do Ceará; FERNANDO BANDEIRA, Diretor de Relações Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores; EDISON MAXIMIANO, Coordenador do Movimento da PEC 300, por São Paulo; e MAJOR FÁBIO, ex-Deputado Federal.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
3 15/5/12	Discutir os furtos de caixas eletrônicos e de terminais de auto atendimento de instituições financeiras no Brasil.	Deputado Efraim Filho. Req. nºs 123/12 e 145/12.	General WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO, Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro; PEDRO OSCAR VIOTTO, Diretor Setorial de Segurança Bancária da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN; FRANCISCO GUALBERTO BEZERRA, Promotor do Consumidor do Ministério Público da Paraíba; Coronel ROBERSON LUIZ BONDARUK, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná; ADELAR ANDERLE, Consultor em Segurança da Associação Brasileira dos Sindicatos e Entidades de Segurança Privada – ABSESP; e JOSÉ BOAVENTURA SANTOS, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes
4 22/5/12	O uso de munições recarregadas.	Deputado Efraim Filho. Req. nº 130/12.	JOSÉ RICARTO BEZERRA FILHO, especialista em armamento leve; Del. JOEL ZARPELLON MAZO, representante do Sindicato dos Delegados da Polícia Federal - SINDEPOL; DANIEL GOMES SAMPAIO, representante da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições – Aniam; e SALÉSIO NUHS, representante da Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
5 29/5/12	Criação de indenização de fronteira para policiais lotados nas regiões de difícil provimento.	Deputado Fernando Francischini. Req. nº 134/12.	MARIVALDO DE CASTRO, Secretário de Assuntos Legislativos, representando o Ministério da Justiça; LUIZ CARLOS NÓBREGA NELSON, representante do Departamento de Polícia Federal; Inspetor ADRIANO MARCOS FURTADO, Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Polícia Rodoviária Federal PAULO RENATO DA SILVA PAES, Diretor de Estratégia Sindical da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; DPE GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOÃO, Representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; FRANCISCO DELLA VALLE VON KOSSEL, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais- FENAPRF; MÁRCIA AIKO TSUNODA, representante da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF; e LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal – SINPECPF.
6 12/6/12	Discutir o PL nº 1.078, que altera a Lei nº 10.366, de 8 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.	Deputado Delegado Protógenes. Req. nº 137/12.	MARIA JOSÉ BRAGA, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; GUSTAVO GRANERO, Vice-Presidente da Federação Internacional dos Jornalistas – FIJ; e RODOLFO MACHADO MOURA, Diretor de Assuntos Legais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
7 19/6/12	Discutir a concessão do porte de armas no Brasil e, em particular, os PLs nºs 3.624/08, 6.971/10, 1.754/11, 1.966/11, 2.561/11 e 7.896/10, que alteram a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2001, Estatuto do Desarmamento.	Deputados João Campos, Alessandro Molon, Enio Bacci e Edio Lopes. Requerimentos nºs 154/12, 155/12 e 158/12,	REGINA MARIA FILOMENA MIKI, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública; MARIVALDO DE CASTRO, representando o Ministério da Justiça; Procurador LAURO PINTO CARDOSO NETO, Secretário-Geral do Ministério Público; MELINA RISSO, Diretora do Instituto Sou da Paz; ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA, representante do Movimento Viva Rio; ANTÔNIO COELHO MEIRELES NETO, Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Agentes de Trânsito da Paraíba – SINATRA-PB; GERALDO MAGELA DA SILVA NETO, Presidente da União Nacional de Polícias Legislativas – UNIPOL; FABRÍCIO CARDOSO REBELO, colecionador e atirador desportista; BENÉ BARBOSA, Presidente do Movimento Viva Brasil; e SALÉSIO NUHS, representante da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições - Aniam.
8 3/7/12	Debater ações para promover a segurança dos jornalistas e discutir a impunidade dos crimes contra eles praticados em decorrência do exercício do jornalismo.	Deputados William Dib e Efraim Filho. Req. nºs 151/12 e 161/12.	Del. DELANO CERQUEIRA BUNN, representando o Ministério da Justiça; Conselheiro CARLOS EDUARDO DA CUNHA OLIVEIRA, Chefe de Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores; Secretário ALEXANDRE BRASIL DA SILVA, Assessor de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores; JOSÉ NEUMANNE PINTO, jornalista; JOSÉ CARLOS TORRES, membro da Executiva da Federação Nacional dos Jornalistas; LAURA CONDE TESCO, Oficial do Núcleo de Expressão da ONG Article 19; e JOSÉ AUGUSTO CAMARGO, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
9 10/7/12	Discutir o PL nº 1.069/11, que altera os Arts. 41, 66 e 68, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, e acrescenta o Art. 319-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de assegurar a concessão dos benefícios da progressão de regime, da detração, da remição e do livramento condicional, e a imediata colocação em liberdade do preso que haja cumprido integralmente a pena.	Deputados Delegado Protógenes e Enio Bacci. Req. nºs 136/12 e 150/12	Desembargador HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Procurador JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI, Procurador da República; e Desembargador DIÓGENES VICENTE HASSAN RIBEIRO, Vice-Presidente de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.
10 13/11/12	Discutir a crise na segurança pública do País, em especial no Estado de São Paulo.	Deputados Delegado Protógenes, Alexandre Leite e Vanderlei Siraque. Req. nºs 174/12, 175/12 e 177/12.	Coronel ELIAS MILLER, representante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME.
11 20/11/12	Debate sobre a violência praticada contra a mulher no meio familiar e as medidas eficazes para a prevenção e combate a este delito.	Deputado Marllus Sampaio. Req. nº 146/12	ANA TERESA IAMARINO, representando a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; CÁTIA SIMONE GONÇALVES EMANUELLI, representando a Secretaria Nacional de Segurança Pública; VILMA ALVES, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Proteção dos Direitos da Mulher (DEAM) do Estado do Piauí; e Sociólogo JÚLIO JACOBO WAISELFISZ, autor do Mapa da Violência.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
12 22/11/12	Debater o projeto de reestruturação salarial e atribuições da Polícia Federal; a não convocação dos aprovados para o cargo de Agente de Polícia Federal.	Deputados Fernando Francischini e Delegado Protógenes. Req. nºs 171/12, 172/12 e 173/12.	MARCOS VINÍCIO DE SOUZA WINK, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais; HÉLIO BUCHMÜLLER LIMA, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Federais; LEILANE RIBEIRO DE OLIVEIRA, representante da Associação Nacional dos Administrativos do Departamento de Polícia Federal; JONES BORGES LEAL, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal; GABRIEL SAMPAIO, Secretário-Adjunto de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; ALEXANDRE SANTANA SALLY, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais de São Paulo; JOSÉ CARLOS THOMAZ DA SILVA, representante do Sindicato dos Policiais Federais do Rio de Janeiro; LUIZ ANTÔNIO BOUDENS, Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Federais de Minas Gerais; e RENATO SILVEIRA SALGADO, representante dos candidatos excedentes aprovados no concurso de Agente da Polícia Federal.
13 27/11/12	Debater os temas e questões abordadas no 6º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ocorrido entre 16 e 18 de julho de 2012, na cidade de Porto Alegre – RS.	Deputado Efraim Filho. Req. nº 166/12.	Cel. PM SÉRGIO ROBERTO DE ABREU, Comandante-Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; RENATO SÉRGIO DE LIMA, Secretário-Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Cel. WASHINGTON FRANÇA SILVA, Secretário de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba e Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; e SAMIRA BUENO, Secretária-Executiva do Conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Audiências Públicas Conjuntas

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrantes
1 4/12/12	Audiência pública, conjunta com a CFFC. Discutir a crise na segurança pública no País, em especial no Estado de São Paulo, e prestar esclarecimentos sobre as operações Porto Seguro e Durkheim.	Deputado Efraim Filho; Req. nº 182/12 – CSPCCO, Deputados Edson Santos, Req. nº 375/12 - CFFC e Deputado Mendonça Filho, Req. nº 376/12 - CFFC.	Ministro de Estado da Justiça, JOSÉ EDUARDO CARDOZO; Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Del. LEANDRO DAIELLO COIMBRA; e Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo, ROBERTO CICILIATI TRONCON FILHO.

2.2. Outros eventos

2.2.1. Seminários

2.2.1.1 - UM ESTUDO SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL

A requerimento do Deputado Mendonça Prado (DEM/SE), Req. nº 149/12, aprovado em 23/5/12, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizou, em 5 de junho de 2012, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, o Seminário “Um estudo sobre o tráfico de pessoas no Brasil”, para analisar propostas que visem combater tal crime. A relevância do tema é patente quando se verifica, pelas estimativas do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime – UNODC, que o tráfico de pessoas movimenta anualmente entre U\$ 7 bilhões e U\$ 9 bilhões.

Analisar o perfil dos aliciadores e das vítimas, determinar as principais regiões de onde estas partem e os principais destinos são elementos que devem ser considerados ao traçar os planos de ação.

Participaram do evento, além do autor do requerimento, os Deputados Efraim Filho, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e Arnaldo Jordy e Flávia Moraes, respectivamente Presidente e Relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Tráfico de Pessoas no Brasil, suas Causas, Consequências e Responsáveis no Período de 2003 a 2011, Compreendido na Vigência da Convenção de Palermo – CPITRAPE.

Foram palestrantes os Professores Elvécio Diniz Silvério, Diretor do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília; Arinda Fernandes, Pesquisadora Chefe do Projeto de Pesquisa sobre Tráfico de Seres Humanos do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília e Procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Andrea Cirineo Sacco Studnicka; Carlos Homero Vieira Nina; Hédel de Andrade Torres; Thamara Duarte Cunha Medeiros; Mário Sérgio Ferrari; Tatiana Eulálio Marwell; e o Delegado da Polícia Federal Rodrigo Carneiro Gomes.

Na ocasião ocorreu o lançamento do Grupo de Estudos sobre Tráfico de Pessoas da Universidade Católica de Brasília.

2.2.1.2 – Os Investimentos na Área da Segurança Pública nos Estados Brasileiros – Etapa Paraíba

Numa iniciativa dos Deputados José Augusto Maia (PTB/PE), Presidente da Subcomissão Permanente para Estudar Políticas, Orçamento e Financiamento da Segurança Pública, em conjunto com os Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Presidente da Comissão; Lourival Mendes (PTdoB/MA), Delegado Protógenes (PCdoB/SP), Gonzaga Patriota (PSB/PE), Keiko Ota (PSB/SP) e Pastor Eurico (PSB/PE), Req. nº 148/12, aprovado em 23/5/12, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados realizou, em 13 de julho de 2012, na Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, o seminário *Os Investimentos na Área da Segurança Pública nos Estados Brasileiros – Etapa Paraíba*.

Este Seminário, o quinto evento realizado pela Subcomissão Permanente para Estudar Políticas e Orçamento da Segurança Pública, visou estudar a situação atual dos investimentos que estão sendo feitos na área da segurança pública no Brasil e propor medidas efetivas para a dotação de recursos financeiros suficientes para o bom funcionamento dos setores ligados à segurança pública. Nesta etapa, decidiu-se inovar a programação do evento com o painel: **Visão do Cidadão e a Importância dos Conselhos Comunitários de Segurança**, que proporcionou ao cidadão, por meio dos conselhos comunitários de segurança pública, uma maior participação, buscou a visão da sociedade em relação ao tema e debateu a importância dos conselhos comunitários para a sociedade.

Participaram do evento os Deputados Efraim Filho, (DEM/SE) Presidente da CSPCCO; José Augusto Maia e Lourival Mendes, respectivamente Presidente e Relator da Subcomissão Permanente para Estudar Orçamento e Financiamento da Segurança Pública da Câmara dos Deputados; Marcello Diniz Cordeiro, Superintendente da Polícia Federal no Estado da Paraíba; Inspetora Luciana da Silva Duarte, Superintendente da 14ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal da Polícia Federal; Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira, Secretário de Estado do Planejamento e Gestão da Paraíba; Cláudio Coelho, Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba; Coronel Washington França, Secretário de Estado da

Administração Penitenciária da Paraíba; Severiano Pedro Nascimento Filho, Chefe da Polícia Civil; e Coronel Euler de Assis Chaves, Comandante-Geral da Polícia Militar.

O Seminário produziu a *Carta de João Pessoa*, documento com as propostas levantadas ao longo do seminário.

2.2.2. Diversos

2.2.2.1. Participação da Comissão em Congressos e Conferências

1 - Participação da CSPCCO na XXXIII Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Pública do Nordeste – CONSENE, em 22 e 23 de março, representada pelo Presidente, Deputado Efraim Filho (DEM/PB).

O Conselho de Segurança Pública do Nordeste – CONSENE, criado pela Resolução Intergovernamental nº 4, de 17 de setembro de 1996, é um órgão colegiado de planejamento integrado e de coordenação de ações de segurança pública de interesse comum dos Estados membros que o compõem.

Dentre os vários objetivos desse Conselho estão:

- o desenvolvimento de estudos e ações visando a aumentar a eficiência dos serviços policiais;
- a promoção do intercâmbio de experiências, na área de segurança pública do Nordeste;
- a formulação de política de segurança pública do Nordeste; e
- a implementação de medidas para o aperfeiçoamento dos serviços policiais, objetivando o aprimoramento das instituições e a eficiente atividade de manutenção e preservação da segurança e da ordem pública nos Estados da Região do Nordeste.

Requerimento nº 122/12, do Deputado Efraim Filho, aprovado em 21/3/12.

2 - Deputado Efraim Filho (DEM/PB), representando a CSPCCO, participou do 25º Fórum da Liberdade, realizado em Porto Alegre, nos dias 16 e 17 de abril.

Desde 1988 o Instituto de Estudos Empresariais, uma associação civil sem fins lucrativos e sem vínculos partidários, organiza, anualmente, o Fórum da Liberdade, uma conferência aberta ao público onde são discutidas ideias e propostas para o Brasil e a América Latina.

Neste ano que o evento comemora 25 anos, esta Comissão foi convidada a discutir o tema “O Brasil em 2037: que país será esse?”, sob o ponto de vista de sua competência, a segurança pública dos cidadãos. O Presidente foi o expositor no painel “Drogas, Violência e Liberdade”.

Requerimento nº 129/12, do Deputado Efraim Filho, aprovado em 11/4/12.

3 - O Presidente, Deputado Efraim Filho (DEM/PB) e os Deputados José Augusto Maia (PTB/PE) e Pastor Eurico (PSB/PE), participaram da 6ª Reunião do Comitê Gestor do Pacto pela Vida, realizada em Recife nos dias 26 e 27 de abril.

O Comitê Gestor Pacto pela Vida, uma das mais bem-sucedidas políticas de segurança pública do País, é formado por cinco câmaras setoriais. Esta política de segurança pública adotada pelo Estado de Pernambuco desde 1997, busca integrar o trabalhos das Polícias Civil e Militar e envolver diversas esferas do Estado e da sociedade civil na criação de uma cultura da paz. Dela participam a Defesa Social, a Prevenção Social, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Administração Prisional e o Serviço de Enfrentamento ao Crack. Seu sucesso verifica-se, principalmente, pela redução nos índices de homicídio naquele Estado e em sua Capital, em 42% e 30%, respectivamente.

Requerimento nº 131/12, do Deputado Efraim Filho, aprovado em 11/4/12.

4 - O Presidente Efraim Filho (DEM/PB) participou do Fórum Legislativo de Segurança Pública realizado nos dias 25 e 26 de junho em Belo Horizonte.

O Fórum Legislativo de Segurança Pública, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e composto por representantes das Comissões de Segurança Pública das Assembleias Legislativas, tem por finalidade promover a discussão permanente entre os Legislativos Estaduais com vistas a estreitar vínculos entre as diversas Comissões de Segurança dos Estados, a promover o intercâmbio entre esses órgãos, a estudar sugestões de aprimoramento das políticas de segurança

pública e a acompanhar as propostas nacionais de revisão da legislação aplicável à defesa social.

Requerimento nº 157/12, do Deputado Efraim Filho, aprovado em 13/6/12.

2.2.2.2. Diligência

1 - Em 26 de novembro parlamentares da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias efetuaram uma diligência para verificar as providências adotadas pelas autoridades estaduais em relação aos problemas de segurança no Estado de São Paulo.

Participaram da Comitativa os Deputados Deputado Efraim Filho (DEM/PB), Presidente da CSPCCO; Erika Kokay (PT/DF), Primeira-Vice-Presidente da CDHM; Alexandre Leite (DEM/SP) Segundo-Vice-Presidente da CSPCCO; Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP); Delegado Protógenes (PCdoB/SP); José Augusto Maia (PTB/PE); e Keiko Ota (PSB/SP).

Inicialmente, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, os Parlamentares se reuniram com representantes das categorias policiais e com familiares dos policiais assassinados no Estado pela ação direcionada do crime organizado. Na sequência, visitaram a Base da Polícia Comunitária de Jardim Vaz de Lima, área da 2ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia, ocasião em que ouviram a comunidade e, ao final, se encontraram, na Superintendência da Polícia Federal do Estado de São Paulo, no gabinete de gestão de crise – Agência de Ação Integrada – AAI, com o Delegado Roberto Ciciliati Troncon Filho, Superintendente da Polícia Federal naquele Estado, que juntamente com a Secretaria de Segurança Pública coordena os trabalhos da AAI buscando implementar novo modelo integrado de combate à violência, com foco no planejamento operacional e na inteligência policial.

Req. nº 179/12, do Deputado Efraim Filho, aprovado em 20/11/12.

2.2.2.3. Mesa-Redonda

1 - Coordenada pelo Deputado Fernando Francischini (PEN/PR), foi realizada, em 13 de agosto, mesa redonda na Câmara Municipal de Curitiba, quando foram abordadas as investigações do Ministério Público do Trabalho sobre procedimentos adotados pelo HSBC em relação às crianças do coral infantil.

Requerimento nº 168/12, do Deputado Fernando Francischini, aprovado em 8/8/12.

2.2.2.4. Visitas

1- Argentina

Comitiva da CSPCCO, formada pelos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Delegado Protógenes (PCdoB/SP) e Pastor Eurico (PSB/PE), entre 30 de maio e 2 de junho, visitou instituições e manteve contatos com autoridades responsáveis pela segurança pública em Buenos Aires.

Inicialmente, no dia 31 de maio, os Parlamentares da CSPCCO se reuniram com o Chefe de Governo da Cidade de Buenos Aires, Mauricio Macri, no Palácio Municipal. Na sequência, na *Fundación Pensar*, participaram de reuniões com o Deputado Federico Pinedo e com o Secretário de Relações Internacionais de PRO, Embaixador Diego Guelar.

No dia 1º de junho visitaram o *Instituto Superior de Seguridad Pública*, e se reuniram com o *Ministro de Seguridad y Justicia*, Dr. Guillermo Montenegro; com Chefe da Polícia Metropolitana, Horacio Gimenez; com o Legislador Alejandro Garcia; e com o Vice-Presidente, Cristian Ritondo.

Requerimento nº 143/12, do Deputado Efraim Filho, aprovado em 9/5/12

2 – Israel

Os Deputados Lourival Mendes (PTdoB/MA) e Delegado Protógenes (PCdoB/SP), entre 14 e 22 de junho, visitaram o Instituto Leshem, na cidade de Leshem, na Galileia, e o Instituto David, em Haifa, buscando informações sobre equipamentos de segurança, em especial os que detêm tecnologia de ponta e proporcionem um sistema de monitoramento de cidades e de grandes eventos que possam ser implantados no Brasil.

Requerimento nº 34/11, aprovado em 13/7/11

3 – Ribeirão Pires - SP

Em 5 de dezembro, ocorreu a visita institucional da CSPCCO à Companhia Brasileira de Cartuchos em Ribeirão Pires, no Estado de São Paulo.

A comitiva foi formada pelos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Presidente; Alexandre Leite (DEM/SP), Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Delegado Protógenes (PCdoB/SP), Edio Lopes (PMDB/RR), Hugo Leal (PSC/RJ), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), Pastor Eurico (PSB/PE) e William Dib (PSDB/SP).

Os membros da CSPCCO tiveram oportunidade de conhecer a fábrica, o laboratório de balística e assistiram às demonstrações de produtos e dos sistemas de controle.

Requerimento nº 152/12, do Deputado Pastor Eurico, aprovado em 30/5/12

4 – Porto Alegre – RS

Em 13 de dezembro, comitiva composta pelos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Onyx Lorenzoni (DEM/RS) e Pastor Eurico (PSB/PE) visitou a fábrica de armas Taurus em Porto Alegre.

Foram-lhes apresentadas as linhas de produção e de montagem e o sistema de marcação de cada arma e de cada munição, além do sistema de chip e o funcionamento e a resistência do *scanner*.

Requerimento nº 152/12, do Deputado Pastor Eurico, aprovado em 30/5/12

5 – China

Entre 17 e 22 de dezembro, a fim de estreitar os laços de cooperação entre a Comissão de Assuntos Internos e Justiça, da Assembleia Popular Nacional da China – APNC - e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, iniciados quando da visita de Parlamentares daquela Comissão à CSPCCO, em 12/7/2012, uma visita institucional àquela Comissão e a outros órgãos governamentais chineses foi realizada por uma comitiva formada pelos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Delegado Protógenes (PCdoB/SP) e Pastor Eurico (PSB/PE).

No primeiro dia, a comitiva foi recepcionada pelo Presidente e por outros membros da Comissão de Justiça da Assembleia Popular Nacional Chinesa, ocasião em que foram abordados temas da área de segurança e combate ao crime organizado e a valorização do intercâmbio entre Brasil e China. No segundo dia, ocorreu reunião com a Direção Geral Antidrogas do Ministério de Segurança Pública e Comissão Nacional Antidrogas. Na oportunidade foram expostos os métodos utilizados para recuperação de

usuários e as penalidades impostas aos traficantes. No terceiro dia, os parlamentares conheceram o Grande Centro de Reabilitação de Drogados que funciona compulsoriamente como local de ação preventiva, por onde os estudantes devem passar, para conhecerem os malefícios causados pelas drogas.

A prevenção, o combate às drogas, a reinserção social dos dependentes e as penas aplicadas aos traficantes foram temas detalhadamente abordados pela comitiva, pois, assim como ocorre no Brasil, são as drogas ilícitas o principal fator da violência urbana.

Requerimento nº 178/12, do Deputado Efraim Filho, aprovado em 13/11/12

2.3. Demonstrativo Numérico dos Eventos

<i>Evento</i>	<i>Total</i>
Sessão Legislativa Ordinária	
Reunião Ordinária	
Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes	2
Deliberativa ¹	22
Audiência Pública ²	11
Audiência Pública Conjunta	1
Reunião Extraordinária	
Deliberativa	2
Outros Eventos	
Congressos e Conferências	4
Participação de membros	
Diligência	1
Mesa redonda	1
Reunião de Subcomissão	1
Seminários	2
Visitas	5
Total Geral³	52

¹sendo duas mistas, incluindo audiência pública.

²sendo duas mistas, incluindo deliberação.

³na totalização, as reuniões mistas foram consideradas apenas uma vez.

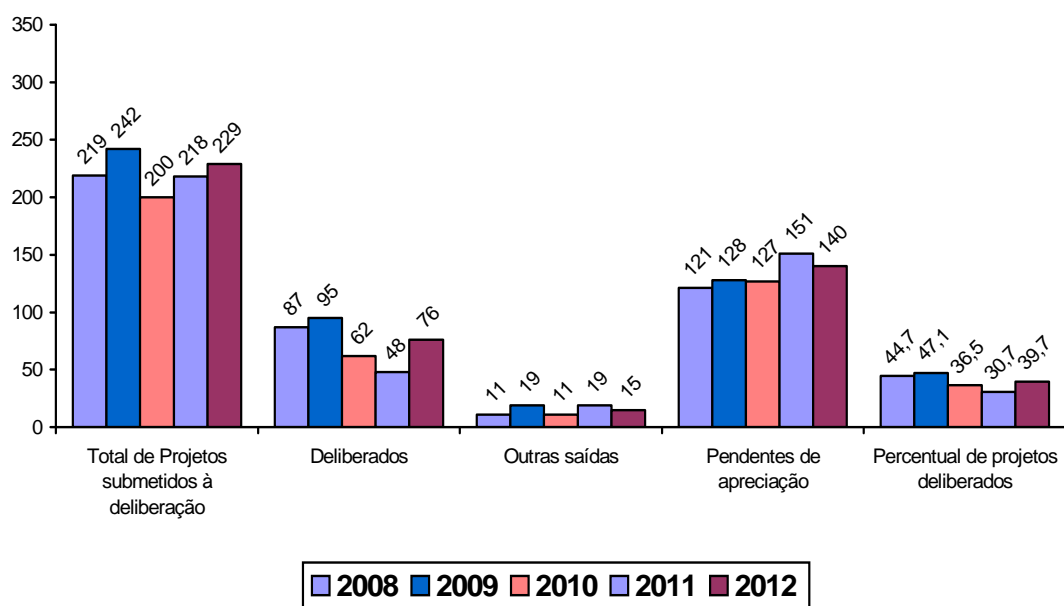
3. APRECIÇÃO DE PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

Para ilustrar as deliberações da Comissão de forma sintética - em termos numéricos - são apresentados, a seguir, os quantitativos referentes à apresentação e apreciação tanto de requerimentos como de projetos.

3.1. Demonstrativos Numéricos dos Requerimentos

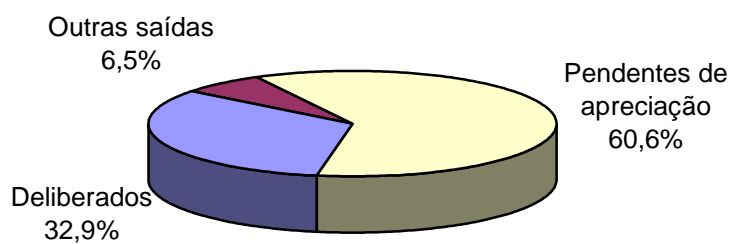
REQUERIMENTOS – FINALIDADES				
Total de Requerimentos Apresentados	Subcomissões	Audiências Públicas	Outros Eventos	Diversos
83	7	57	13	6

SITUAÇÃO DOS REQUERIMENTOS				
Total de Requerimentos Apresentados	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados	Não deliberados
83	64	0	0	19



3.2. Demonstrativos Numéricos dos Projetos

PROJETOS		
Pendentes de 2011		151
Recebidos em 2012		78
Subtotal recebidos		229
Saídas	Deliberados	76
	Outras saídas	15
Subtotal saídas		89
PENDENTES DE APRECIÇÃO		140



3.3. Emendas à LDO e ao Orçamento para 2013

Em 2012, foram aprovadas pela CSPCCO cinco emendas à LDO e quatro à LOA para 2013, conforme quadros demonstrativos abaixo.

Quadro nº 1 - Sugestões de emendas ao PL nº 3/12-CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013)				
N.º	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	Dep. Efraim Filho	Inclusão de meta	Requer inclusão de meta para implantação do Sistema de Defesa Cibernético (22% do sistema implantado). Programa 2058, Ação 147F.	Aprovada parcialmente.
2	Dep. Efraim Filho	Inclusão de meta	Requer inclusão de meta para implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON (38% do sistema integrado implantado). Programa 2058, Ação 13DA.	Aprovada parcialmente.
3	Dep. Efraim Filho	Texto	Requer inclusão de inciso no Anexo V para incluir entre as despesas que não serão objeto de empenho àquelas referentes à implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON.	Rejeitada.
4	Dep. Efraim Filho	Texto	Requer inclusão de inciso no Anexo V para incluir entre as despesas que não serão objeto de empenho àquelas referentes à implantação do Sistema de Defesa Cibernético.	Rejeitada.
5	Dep. Efraim Filho	Texto	Requer inclusão de artigo para possibilitar que todas as comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal possam apresentar ao menos 3 emendas de apropriação aos projetos de Lei Orçamentária Anual.	Rejeitada.

Quadro nº 2 - Sugestões de emendas ao PL nº 24/12-CN (Lei Orçamentária Anual para 2013)				
N.º	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	Efraim Filho	Acréscimo de Despesa	Requer acréscimo de despesa para apoio à estruturação, reaparelhamento e modernização das instituições de segurança pública, no valor de R\$ 120.000.000,00 (Programa 2070; Ação 20ID).	Aprovada, no valor de R\$ 10.000.000,00.
3	Fernando Francischini	Acréscimo de Despesa	Requer acréscimo de despesa para aprimoramento institucional da Polícia Federal, no valor de R\$ 19.000.000,00 (Programa 2070; Ação 20UE), com cancelamento na Ação 1443 (Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública).	Aprovada, no valor de R\$ 10.000.000,00.
4	Efraim Filho	Acréscimo de Despesa	Requer acréscimo de despesa para a Força Nacional de Segurança Pública, no valor de R\$ 100.000.000,00. (Programa 2070; Ação 2B00).	Aprovada, no valor de R\$ 2.000.000,00.

Apenas para conhecimento, apresenta-se a seguir a sugestão de emenda à LOA declarada prejudicada na CSPCCO, em virtude da aprovação das emendas mencionadas acima.

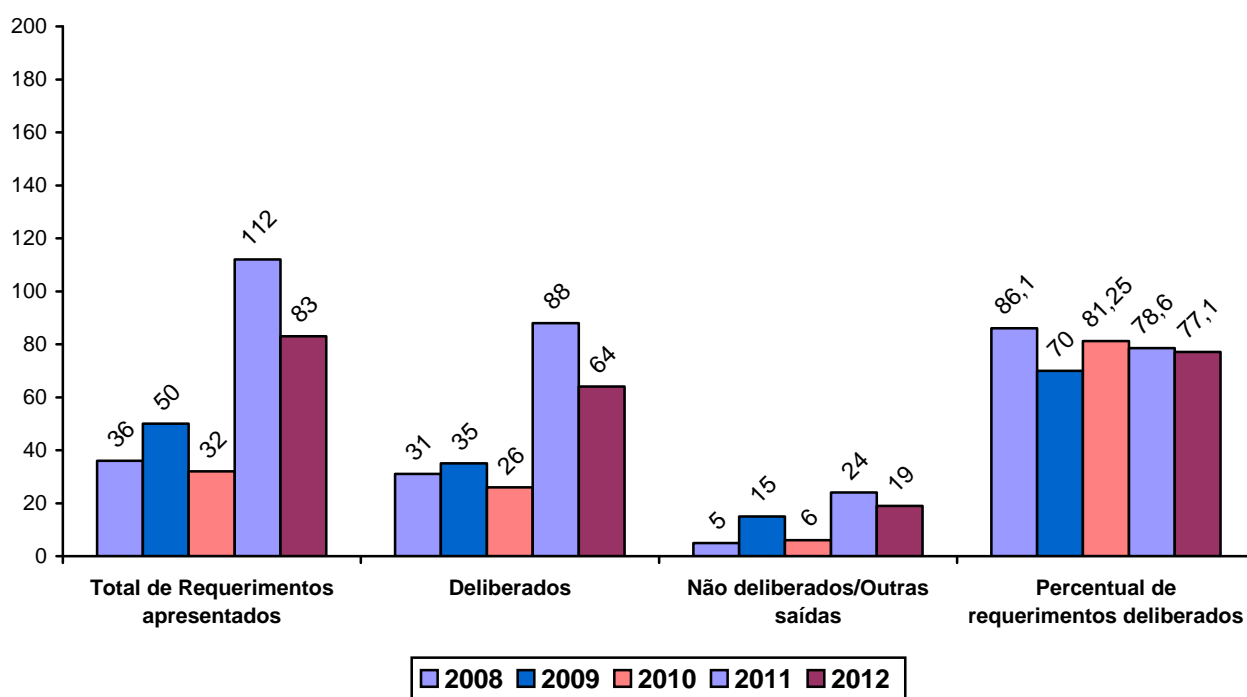
**Sugestão de emenda ao Projeto da LOA para 2013
declarada prejudicada na CSPCCO**

N.º	AUTOR	EMENTA
2	Gonzaga Patriota	Solicita acréscimo de despesa para construção, ampliação de postos e delegacias da polícia rodoviária federal, no valor de R\$ 300.000.000,00 (Programa 2070; Ação 200G).

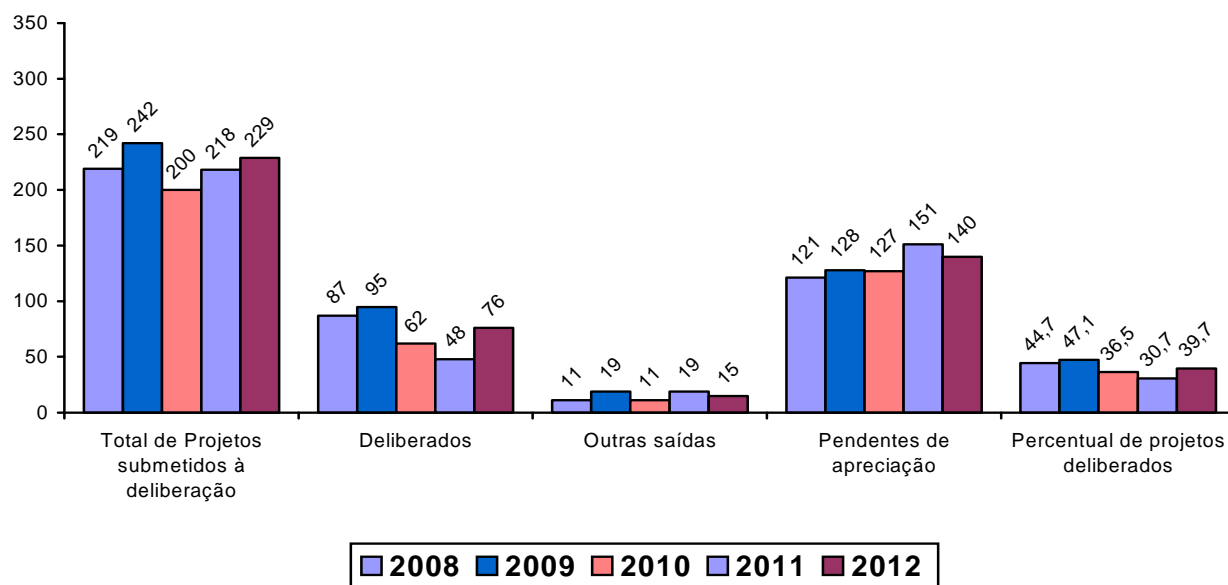
4. HISTÓRICO DA CSPCCO

Apresenta-se neste item, sob a forma de gráficos, histórico comparativo das proposições que aqui tramitaram e dos eventos realizados nos últimos cinco anos. Assim, pode-se visualizar e avaliar o volume de trabalho desenvolvido ao longo desses anos.

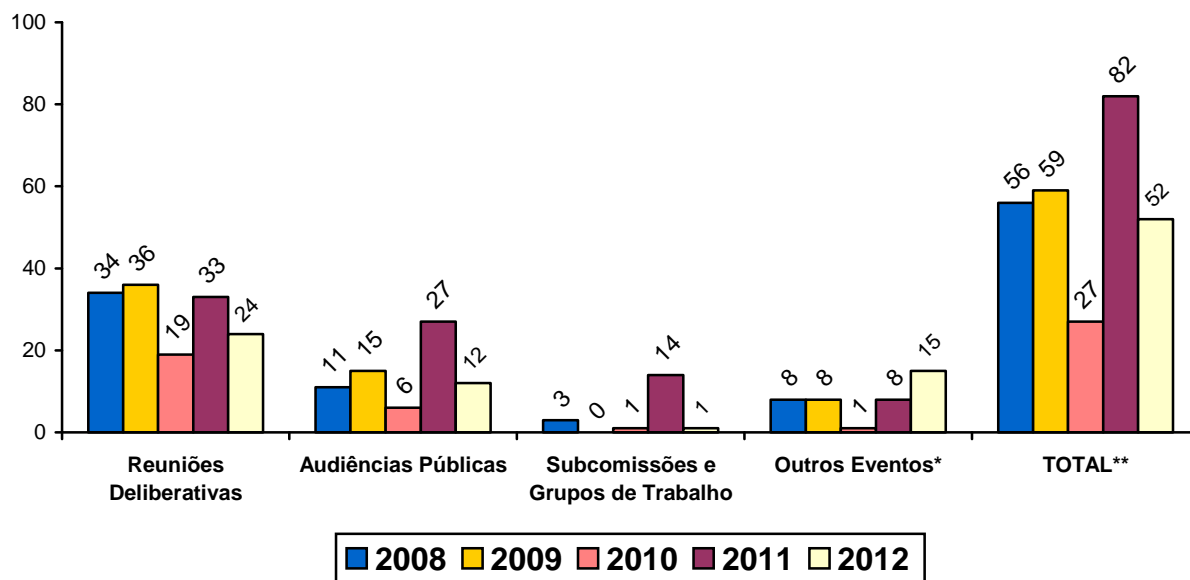
4.1. Requerimentos



4.2. Projetos



4.3. Eventos



* Somatório de reuniões de instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidentes, debates, seminários, reuniões externas (encontros) e visitas.

** Na totalização, as reuniões mistas foram consideradas somente uma vez.

5. A SOCIEDADE E A COMISSÃO

No ano de 2012, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado recebeu 2.605 manifestações, dentre *e-mails*, faxes e ofícios/cartas postadas, tanto de cidadãos quanto de associações, entidades de classe e do próprio Poder Público.

Para atender as demandas dos cidadãos ou das instituições e dar outras providências, a Comissão buscou informações junto aos órgãos competentes para apurar fatos narrados em denúncias; esclareceu dúvidas; forneceu publicações relativas ao seu campo temático; repassou aos relatores e aos demais membros as sugestões recebidas e as solicitações sobre as deliberações. Ademais, orientou sobre a tramitação de proposições, bem como sobre os instrumentos necessários para a solução dos problemas apresentados.

Em maio de 2012, obedecendo à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI, que “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências” a Câmara dos Deputados passou a gerenciar de forma mais eficiente as mensagens encaminhadas pelos cidadãos. Assim, por meio de sistema próprio, as demandas chegam até este órgão técnico, que deve resolvê-las no prazo fixado na LAI, que é de até 20 dias. Por meio do sistema SisOuvidor, a CSPCCO recebeu 683 mensagens.

Neste ano, as manifestações se concentraram em temas referentes à reforma da legislação penal e processual penal; órgãos institucionais de segurança pública e à valorização de seus agentes; matérias sobre segurança pública interna; ações do crime organizado; porte de arma; diminuição da maioria penal e ações do Estado para conter a violência e a corrupção. Segue abaixo quadro demonstrativo com a quantidade de mensagens respondidas em cada grupo de temas.

TEMA	TOTAL
Reforma da Legislação Penal e Processual Penal	450
Matérias sobre segurança pública interna e ação do crime organizado	315
Órgãos institucionais de Segurança Pública e Carreira dos seus membros	300
Estatuto do desarmamento, recadastramento, porte de armas e tráfico ilegal de armas e drogas	320
Instituição da pena de morte	100
Estatuto da Criança e do Adolescente, redução da maioridade penal e aumento de pena para crimes que envolvem a participação de criança	350
Violência e Corrupção	400
Sistema penitenciário, segurança e telefonia móvel nos presídios	215
Solicitação de informações e material de apoio	5
Outros assuntos	150
Total de manifestações recebidas	2.605

6. A COMISSÃO É NOTÍCIA

Para ilustrar o trabalho realizado pela Comissão, tanto em relação às proposições como aos eventos e outras ações do Colegiado em defesa da segurança pública, apresentam-se neste item algumas das notícias veiculadas na imprensa.

Pretende-se assim divulgar, de forma isenta, as posições dos membros e autoridades ouvidos pela Comissão e as principais questões debatidas ao longo de 2012.

(Agência Câmara – 7/3/12)

Matéria relativa à Eleição do Deputado Efraim Filho como Presidente da Comissão

Efraim Filho é o novo presidente da Comissão de Segurança Pública



O deputado Efraim Filho (DEM-PB) foi eleito nesta quarta-feira (7) o novo presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O colegiado elegeu também o deputado Marillos Sampaio (PMDB-PI) como 3º vice-presidente. O 1º e o 2º vice ainda não foram definidos.

Biografia

Nascido em João Pessoa (PB), o jovem deputado de 28 anos é advogado. Ele é filho do ex-senador e ex-primeiro vice-presidente da Câmara, Efraim Moraes.

Eleito pela primeira vez em 2006, Efraim Filho exerce atualmente seu segundo mandato como deputado federal. Ele já participou como titular da comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e como suplente das comissões de Defesa do Consumidor; e de Seguridade Social e Família.

(Agência Câmara – 22/3/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova projeto que aumenta pena para furto em caixa eletrônico

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (21) o Projeto de Lei 1.547/11, do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que classifica o assalto a caixa eletrônico como furto qualificado, com pena de 4 a 8 anos de reclusão, além de multa. A proposta altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

Atualmente, a lei prevê pena de um a quatro anos para furto comum e de dois a oito anos se houver “destruição ou rompimento de obstáculo”.

O relator da proposta, deputado Pinto Itamaraty (PSDB-MA), fez apenas uma alteração no texto. Reduziu a pena máxima prevista no projeto de 10 para 8 anos de reclusão.

“Segundo a redação vigente do Código Penal, no caso do furto qualificado, a maior reprovação à conduta ilícita não

se reflete na pena máxima, mas na pena mínima. Portanto, para garantir que não haja distorção no tratamento de formas correlatas de furto qualificado, impõe-se alterar a pena máxima para oito anos”, explicou.



O deputado destacou a importância de tipificar o crime como furto qualificado. “Pelos riscos que essa modalidade de furto traz à sociedade e pela incidência cada vez maior da prática desse tipo de delito, é pertinente a sua tipificação como modalidade qualificada de furto e, consequentemente, o aumento da pena”, afirmou.

Tramitação

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, inclusive no mérito. Depois será votada no Plenário.

(Agência Câmara – 29/3/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova fiscalização de marcadores de *paintball* pelo Exército

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira proposta que atribui ao Comando do Exército a responsabilidade para autorizar e fiscalizar a produção e o comércio dos marcadores de *paintball* – que têm formato de armas. O *paintball* é um esporte em que os competidores atiram bolas com tinta colorida uns nos outros.

O texto também vale para outras atividades esportivas de tiro. Atualmente, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) determina que o Exército autorize e fiscalize a produção e comércio de armas de fogo de colecionadores, caçadores e atiradores. A produção e a fiscalização de equipamentos de tiro para *paintball* não estão previstas na lei.

A proposta aprovada é um substitutivo do relator, deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), ao Projeto de Lei 1.548/11, do deputado Alexandre Leite (DEM-SP). O relator retirou a

previsão do projeto original para acesso de usuários cadastrados no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), administrado pela Polícia Federal, e no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), gerenciado pelo Comando do Exército. Segundo Bolsonaro, a medida poderia reduzir os níveis de segurança dos sistemas.

O substitutivo manteve, entre as armas permitidas pela lei, as réplicas destinadas a outras práticas desportivas. Hoje, o Estatuto do Desarmamento só autoriza a fabricação de réplicas destinadas a instrução, adestramento ou coleção.

Tramitação

A proposta, que tramita de forma conclusiva, ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



(Agência Câmara – 30/3/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova proibição da custódia de presos em delegacias

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (28) o Projeto de Lei 1.594/11, da deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), que proíbe a custódia de preso, ainda que provisoriamente, em dependências de prédios das polícias federal e civil. A proposta altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84).

Pelo projeto, em caso de prisão em flagrante, a permanência do preso na delegacia será permitida somente até a lavratura do auto de prisão e a entrega da nota de culpa pelo delegado, e pelo tempo máximo de 72 horas. Em seguida, o preso deverá ser conduzido à penitenciária.



Segundo o relator na comissão, deputado William Dib (PSDB-SP), as delegacias não são locais adequados para custodiar presos, pois não garantem sua integridade física e não promovem a ressocialização. “Tal situação tem gerado grande número de

motins com resultados não desejados como lesão corporal e até morte de internos.”

O relator é mais específico ao afirmar que esses prédios normalmente não obedecem aos rigorosos parâmetros técnicos designados às construções de estabelecimentos prisionais de segurança, que são reforçados para impedir ou dificultar resgates, conter fugas ou motins, tão comuns em meio à população carcerária.

Escolta

Uma emenda do relator, aprovada pela comissão, estabelece que a escolta de condenados e dos presos provisórios que já tiverem ingressado em estabelecimento penal deverá ser feita por agentes penitenciários. A proposta original previa que, além dos agentes, a escolta poderia ser feita por policiais militares. Atualmente, a Lei de Execução Penal não estabelece quem deve realizar a tarefa. Outros órgãos de segurança pública poderão fazer a escolta, de acordo com o projeto, somente em casos excepcionais e com ordem judicial.

Tramitação

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser votada pelo Plenário.

(Agência Câmara – 30/3/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova política de combate ao bullying em clubes e escolas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (28) proposta que obriga clubes e escolas a instituírem políticas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao *bullying* (práticas recorrentes de intimidação e agressão, em geral, entre crianças e adolescentes). A medida está prevista no Projeto de Lei 1.785/11, do Senado.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado William Dib (PSDB-SP), que aprofunda o projeto original. A primeira proposta apenas obriga as escolas a promover um ambiente escolar seguro, adotando estratégias antibullying, enquanto o substitutivo estende a medida para clubes e agremiações, define quais comportamentos serão considerados *bullying* e lista os programas que as instituições deverão promover para impedir a prática. “Precisamos de uma lei especial, que trate o assunto com propriedade, com a definição de bullying e suas características”, avaliou o relator.

Dib ressaltou que a nova redação foi baseada nas contribuições de parlamentares, estudiosos e representantes do governo que participaram de vários debates na Câmara sobre o tema.

Conceito

Pela proposta aprovada, será considerado bullying a prática de atos de violência física ou psíquica de modo intencional e repetitivo, exercida por indivíduo ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de constranger, intimidar, agredir, causar dor, angústia ou humilhação à vítima. O texto também faz menção ao *cyberbullying*, o uso da internet e das redes sociais para atingir a honra e a imagem do indivíduo, incitar a violência, adulterar fotos, fatos e dados pessoais.

Ações

Para combater esses comportamentos, a proposta determina que as escolas e agremiações criem uma equipe

multidisciplinar, com a participação da sociedade, a fim de promover atividades de orientação e prevenção dessa prática. Além disso, também está prevista a criação de grupos de estudo para analisar o fenômeno do *bullying* nas comunidades e de um serviço de atendimento telefônico específico em cada cidade receber denúncias.

Os estabelecimentos também ficam obrigados a: criar programas de capacitação dos funcionários para a prevenção e solução de casos de *bullying*; privilegiar mecanismos alternativos de punição, que efetivamente promovam a mudança de comportamento; incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção e combate à prática, entre outras ações.

As instituições poderão firmar convênios ou parcerias para garantir cumprimento dos objetivos previstos na futura lei. Caberá ao regimento escolar e ao regimento interno da entidade definir as ações preventivas, as medidas disciplinares e as responsabilidades dos que atuarem, de forma direta ou indireta, na ocorrência do *bullying*.

Leis

Além disso, a proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90) para obrigar escolas, clubes e agremiações a notificarem o Conselho Tutelar sobre casos (supeitos ou confirmados) de *bullying*, para fins de registro, estudo e adoção de medidas legais.

A responsabilidade das escolas pela prevenção e combate à intimidação sistemática também foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96).

Tramitação

O projeto, que tramita em regime de prioridade e em caráter conclusivo, será analisado ainda pelas comissões de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara – 3/4/12)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 3/4/12

Deputados cobram apoio para programa de resistência a drogas

Durante audiência pública nesta terça-feira, deputados defenderam mais apoio governamental ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). Para Fernando Francischini (PSDB-PR), é “preciso que esses policiais tenham respaldo financeiro, pois o custo por aluno é ridículo perto do que custa uma casa de recuperação ou o sistema carcerário”.

Francischini foi um dos autores do requerimento para discutir o programa na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O Proerd é desenvolvido pelas polícias militares em todos os estados brasileiros e vai completar 20 anos em 2012.

Conforme o coordenador da Área de Policiamento Comunitário da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Erisson Lemos Pita, o Proerd atende atualmente cerca de 15 milhões de crianças e adolescentes. “O trabalho envolve a tríade polícia, escola e família”, explicou.

O coronel da Polícia Militar do Paraná Douglas Sabatini Dabul afirmou que a formação de uma criança ou adolescente pelo Proerd custa, em média, R\$ 20. “É muito mais barato que qualquer tratamento, sem contar o transtorno de ter algum dependente na família”, ressaltou. Segundo o capitão PM Dalton Gean Perovano, também do Paraná, prevenir o abuso de droga custa cinco vezes menos que as ações repressão.

Apoio

O deputado Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ) afirmou que “os governos não dão a importância que o programa deveria ter”, destacando que a prevenção é mais importante que a repressão. De acordo com ele, no Rio de Janeiro hoje há cerca de 28 mil presos, mais da metade correspondendo a

jovens egressos do sistema sócioeducativo. “Precisamos lutar para valorizar mais esse trabalho da polícia”, sustentou.

De acordo com Francischini, o índice de presos primários envolvidos com drogas é ainda maior. Segundo ele, “passa de 90% o índice dos que têm como ponto comum a dependência química”. O parlamentar avaliou que o combate às drogas “não irá a lugar nenhum” sem prevenção qualificada, repressão inteligente e reinserção social.

Embora reconheça a importância do combate a drogas ilegais, o capitão Perovano defendeu que o mais

importante é a prevenção das drogas lícitas. De acordo com ele, pesquisas apontam a precocidade do consumo de bebida alcoólica, que começa aos 12,5 anos em média. “O mais grave é que 46% do primeiro uso do álcool ocorre em casa, e o mesmo percentual resulta do oferecimento por familiares do adolescente”, ressaltou.

Formação

Também autor do pedido para realização do debate, o deputado Cabo Juliano Rabelo (PSB-MT),

que é militar e já fez o curso de formação do programa, comprometeu-se a buscar apoio ao trabalho. “Vou lutar para que o policial ganhe a hora aula, o que vai ser um fator a mais de motivação.”

O coronel Dabul relatou que atualmente existem no País sete centros de capacitação de policiais que atuam como instrutores nas escolas. O trabalho ocorre prioritariamente com turmas de quinto e sétimo ano. “Contamos ainda com um currículo para pais”, acrescentou.

O capitão Perovano explicou ainda que o trabalho baseia-se em cinco estratégias – divulgação de conhecimentos científicos sobre drogas, educação afetiva, oferta de alternativas ao uso indevido de drogas, educação para a saúde e modificação das condições de ensino.



(Agência Câmara – 13/4/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova incentivo a doações ao Fundo Penitenciário Nacional

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, na quarta-feira (11), proposta que permite a pessoas jurídicas deduzir do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as doações ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). A medida está prevista no Projeto de Lei 2.232/11, do deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Esse fundo foi criado em 1994 com o objetivo de modernizar o sistema penitenciário brasileiro. De acordo com o Ministério da Justiça, seus recursos são aplicados em construção e reforma de estabelecimentos penais, formação de agentes, aquisição de veículos especializados, assistência jurídica aos presos, entre outras ações.

Limites

A proposta aprovada pela comissão limita a 2% a dedução do IR por doação ao Funpen, podendo chegar a 4% caso a empresa doadora contrate egressos do sistema prisional. Ainda segundo o texto, o gozo do benefício não prejudica outros incentivos fiscais previstos na legislação tributária.



O relator do projeto, deputado José Augusto Maia (PTB-PE), explica que os custos da violência no Brasil são hoje maiores que os recursos gastos com segurança pública. Isso porque o Estado acaba tendo que arcar com despesas decorrentes da perda de capacidade produtiva dos trabalhadores e do atendimento médico e psicológico a vítimas.

José Augusto Maia argumenta que, por essa razão, “iniciativas legislativas que destinem recursos para a segurança pública devem ser vistas de forma positiva”. Segundo ele, “essa destinação de recursos não implica em novo gasto, mas em investimento para a reparação dos prejuízos econômicos e sociais associados à violência.”

Tramitação

A proposta, que tramita de forma conclusiva, será analisada ainda pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara – 16/4/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Câmara rejeita exame de vista para porte e posse de arma



as exigências para posse e porte de arma.

Segundo a proposta, as condições adequadas de visão deveriam ser comprovadas periodicamente, em intervalo não inferior a três anos, para a renovação do certificado de registro de arma de fogo. Atualmente, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) já exige a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado rejeitou na última quarta-feira (11) o Projeto de Lei 750/11, do deputado William Dib (PSDB-SP), que inclui o exame de vista entre

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será arquivado, a menos que haja recurso para análise pelo Plenário.

Segundo o relator na comissão, deputado Edio Lopes (PMDB-RR), o teste de tiro, exigido hoje para a posse de arma, já requer “ótima visão” para o candidato atingir os alvos e conseguir a pontuação mínima.

Na prova para adquirir um revólver 38, citada pelo parlamentar, “é preciso acertar 20 tiros no alvo em 40 segundos a 5 e a 7 metros de distância. Se o candidato não tiver uma ótima visão, por mais técnica que possua, jamais conseguirá mirar o alvo e alcançar a pontuação necessária.”

Lopes afirmou também que o aumento de exigências pode desestimular a compra legal de armas e incentivar o mercado ilegal.

(Agência Câmara – 16/4/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão autoriza delegados a realizar conciliações de crimes leves

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na última quarta-feira (11) proposta que autoriza os delegados de polícia a promover audiência de conciliação entre as partes envolvidas em um crime de menor potencial ofensivo, com pena de até dois anos, antes de encaminhar o inquérito ao Ministério Público.



O texto aprovado é um substitutivo do deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) ao Projeto de Lei 1.028/11, do deputado João Campos (PSDB-GO). A proposta altera a Lei 9.099/95, que criou os juizados especiais.

A audiência de conciliação, que na proposta recebe o nome de “composição preliminar”, só valerá para a reparação de danos civis decorrentes de crimes de menor potencial ofensivo. De acordo com o texto, uma vez aceita a conciliação, ela será homologada por um juiz, depois de ouvido o Ministério Público.

Segundo o relator na comissão, deputado Fernando Francischini (PSDB-PR), o rito dos juizados especiais já permite a atuação de pessoas sem conhecimento jurídico obrigatório, os conciliadores, para favorecer acordo entre as partes. Isso validaria, segundo o parlamentar, a atuação dos

delegados para a conciliação prévia, já que eles são formados em Direito e têm atuação direta com os crimes.

Registro

A proposta original previa que um policial encaminhasse diretamente as partes envolvidas e as testemunhas para que o delegado tentasse fazer a composição preliminar. Já o substitutivo inclui a previsão de um registro prévio dos fatos do crime por esse primeiro policial. Ele deverá se informar sobre o ocorrido, com identificação dos envolvidos, testemunhas, narrativa dos acontecimentos e relação de objetos para ajudar na apuração.

Apenas depois dessa etapa é que o documento deverá ser entregue à delegacia mais próxima ao local do crime. “É interessante que o primeiro policial que presenciou o fato ou foi o primeiro a chegar ao local realize um ‘registro preliminar’ para ilustrar melhor as etapas posteriores do processo”, explicou Francischini.

Inapelável

Pela proposta, a homologação será irrecorrível pelas partes. Também não poderá haver queixa ou representação penal de uma das partes contra a outra após a assinatura da conciliação.

Caso a composição preliminar não seja aceita, o delegado encaminhará o caso ao juizado especial com um termo circunstanciado, que deverá conter o relato do crime, os nomes dos envolvidos e das testemunhas, entre outras informações. Mesmo que não haja acordo, o autor do crime não poderá ser preso em flagrante, nem se exigirá fiança dele, como já estava previsto na lei.

A comissão rejeitou também uma emenda do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), contrária à nova atribuição dos delegados.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara – 8/5/12)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 8/5/2012

Debatedores defendem valorização dos profissionais de segurança pública

Medidas para valorizar os policiais militares e bombeiros, a aprovação no Congresso de propostas de interesse da categoria e anistia aos que participaram do movimento grevista no início do ano deram o tom da audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado desta terça-feira.

Segundo o presidente da comissão, deputado Efraim Filho (DEM-PB), a ausência de opiniões divergentes durante os debates demonstra que os casos de incitação à greve ocorridos na Bahia, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal foram questões pontuais e não representavam o pensamento da maioria dos profissionais.

Efraim Filho disse que é preciso valorizar o servidor da segurança pública como forma de combater a escalada da violência no País e que, durante a audiência, não se tratou de nenhum tipo de incitação dos policiais.

Ministério da Segurança

O deputado destaca as medidas discutidas durante o encontro, como a criação do Ministério da Segurança Pública, "pois hoje a segurança é apenas um órgão fracionário do Ministério da Justiça e já não comporta o debate que a segurança pública necessita".

O parlamentar destacou também a criação de um Fundo Nacional de Segurança Pública. "Se a educação é atividade fim do Estado, assim como a saúde, e essas áreas têm garantia de aplicação mínima de recursos, a segurança também deverá ter essa garantida mínima."

Um outro tema discutido na reunião, de acordo com o parlamentar, foi a questão da anistia aos bombeiros e aos policiais, "porque o tratamento que vem sendo dado a eles

tem tido uma discrepância, inclusive [similar] ao que é dado a crimes hediondos."

Militares expulsos

Catorze bombeiros do Rio de Janeiro que participaram do movimento grevista foram expulsos da corporação. Dezenove policiais militares tiveram o mesmo destino. Entre os militares expulsos está o cabo Benevenuto Daciolo,

considerado um dos líderes do movimento dos bombeiros.

Daciolo conta que ficou preso durante 17 dias em uma penitenciária do Rio, ao voltar da Bahia, onde a greve ganhava força no início de fevereiro. O bombeiro nega a prática de incitação ostensiva, motivo de sua expulsão.

"Só houve diálogo com parlamentares, fomos lá levar a paz", observou o cabo. "E quando voltamos para o estado do Rio de

Janeiro, sou abordado no Aeroporto Internacional do Galeão, sem mandado de prisão e levado para Bangu 1", lembrou.

Votação da PEC 300

Para o deputado Mendonça Prado (DEM-SE), autor do requerimento para audiência, a Câmara deve aprovar projeto que concede anistia aos grevistas e propostas para solucionar a questão salarial. "Nós não podemos conceber que um estado como o Rio de Janeiro, que tem a segunda maior arrecadação do País, pague apenas R\$ 900 para um bombeiro militar, para as tarefas e a gravidade dos problemas que eles enfrentam. É necessário que haja valorização para que a população tenha serviços também de qualidade."

O deputado defendeu ainda a votação do segundo turno da PEC 300, que fixa um piso salarial nacional para bombeiros e policiais militares dos estados. De acordo com Mendonça Prado, a solução está na adoção do piso e a criação de um fundo constitucional para complementar a folha de pagamento da segurança pública dos estados.



(Agência Câmara – 18/5/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova regulamentação das atividades da Polícia Militar

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, na quarta-feira (16), proposta que regula a atividade de polícia administrativa realizada pela Polícia Militar (PM) na prevenção a crimes e na preservação da ordem pública.

De acordo com o texto, a PM cuidará da edição de normas, do planejamento, da fiscalização e da aplicação de penalidades em sua atividade de policiamento ostensivo na prevenção de crimes. O objetivo, segundo a proposta, é impedir a prática de infrações penais e administrativas e as violações da ordem, em especial nos casos de eventos, espetáculos ou diversões públicas, situações de emergência e calamidades.

Atualmente, a regulamentação da atividade da PM é estabelecida pelo Decreto-Lei 667/69. A norma define como competências o policiamento ostensivo, a atuação preventiva ou repressiva, nos casos de perturbação da ordem.

Sem regulamentação complementar

A proposta aprovada é o substitutivo do relator, deputado Mendonça Prado (DEM-SE), ao Projeto de Lei 2.292/11, do suplente de deputado Gean Loureiro (PMDB-SC). Prado retirou em seu substitutivo a previsão de que os estados e o Distrito Federal pudessem editar regulamentação complementar, incluída a possibilidade de sanções quando não fossem observadas as normas editadas pelas polícias militares estaduais.



Segundo a proposta, a ação preventiva da Polícia Militar deverá ser integrada com os demais órgãos do sistema de segurança pública e o poder público municipal. O texto também prevê que cada Polícia Militar estadual edite instruções específicas de sua atuação como polícia administrativa, ouvidos os respectivos Conselhos Comunitários de Segurança Pública.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara – 24/5/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova prioridade na tramitação das ações de crimes hediondos



A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, na quarta-feira (24), projeto que dá prioridade à tramitação dos processos de crimes hediondos em todas as instâncias penais.

A Lei 8.072/90 define como hediondos os crimes de latrocínio, homicídio praticado por grupos de extermínio, extorsão qualificada por morte, extorsão mediante sequestro

(sequestro-relâmpago), estupro, disseminação de epidemia que provoque morte, envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal causando morte, e genocídio.

Punição efetiva

A medida está prevista no Projeto de Lei 2839/11, da deputada Keiko Ota (PSB-SP), que altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41). Crimes hediondos são aqueles de maior potencial ofensivo e, pela Constituição, são insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança.

O relator do projeto, deputado Efraim Filho (DEM-PB), defendeu que, ao julgar os acusados de crime hediondo com mais rapidez, o Judiciário terá mais chances de aplicar a efetiva punição aos criminosos, evitando ainda que eles possam ser soltos porque não foram julgados a tempo.

“Um procedimento mais célere servirá para contribuir com a diminuição da criminalidade em nosso País”, defendeu.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara – 5/6/12)

Matéria relativa ao seminário *Um Estudo sobre o Tráfico de Pessoas no Brasil*, ocorrido em 5/6/12

Promotora: tráfico de pessoas está relacionado à corrupção de agentes públicos

A promotora de Justiça Andrea Studnicka disse que o tráfico de pessoas está relacionado à corrupção de agentes públicos. Ao citar como exemplo a falsificação de documentos, ela sugeriu que o RG seja vinculado ao endereço das pessoas para facilitar as investigações desse tipo de crime.

Andrea Studnicka faz parte do grupo de estudos sobre tráfico de pessoas da Universidade Católica de Brasília (UCB), lançado durante seminário da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara, realizado nesta terça.

Exploração sexual

O coordenador do seminário, deputado Mendonça Prado (DEM-SE), disse que tanto a comissão quanto a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre tráfico de pessoas devem buscar soluções para o problema: "O tráfico de pessoas é algo abominável, é degradante. Geralmente esse tráfico tem como fim a exploração sexual, o trabalho escravo; ou seja, outras consequências advêm desta situação que nós queremos combater com rigor e com leis mais eficientes"

O pesquisador Carlos Homero Vieira Nina também considera que o tráfico de pessoas está mais relacionado à

exploração sexual e atinge pessoas em situação de pobreza e baixa escolaridade.

Mais cedo, o deputado José Augusto Maia (PTB-PE) defendeu a criação de um ministério da segurança pública para tratar destas questões com mais eficiência.



Tipificação de crimes

A pesquisadora Chefe do Projeto de Pesquisa sobre Tráfico de Seres Humanos do Curso de Direito da UCB e procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, Arinda Fernandes, solicitou à Câmara dos Deputados que vote logo a tipificação do crime organizado e do terrorismo por considerar que a medida ajudará no combate ao tráfico de pessoas.

A professora da Universidade Estadual da Paraíba Thamara Medeiros disse que, no Mercosul, a Argentina tem a legislação mais avançada sobre a tipificação de crimes de tráfico para a exploração sexual, laboral, para a servidão e para a remoção de órgãos. Já Portugal penaliza também o cliente ou o consumidor do tráfico

(Agência Câmara – 6/6/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Cidade que abriga presídio pode ser recompensada

Cidades que tiverem penitenciárias podem passar a receber dinheiro do Fundo Penitenciário Nacional. A Comissão de Segurança Pública da Câmara aprovou projeto do deputado Roberto Freire, do PPS de São Paulo, que trata do assunto (PLP 128/12). A proposta prevê a aplicação de recursos do Fundo Penitenciário em programas de compensação.

Roberto Freire argumenta que as penitenciárias trazem transtornos diretos e indiretos aos municípios. De acordo com o parlamentar, as prisões levam insegurança à população por causa da possibilidade de fugas e motins. O deputado também destaca que pode haver influência negativa de comparsas dos presos atuando nas proximidades dos presídios.

Além disso, Roberto Freire diz que os municípios têm seus serviços de saúde, educação, assistência social e habitação sobrecarregados por causa da população que se desloca para ficar perto dos parentes presos.

O relator, deputado Enio Bacci, do PDT do Rio Grande do Sul, recomendou a aprovação da proposta:

"Nós vamos dar a esses municípios condições de melhorar a infraestrutura e as condições sociais, bem como dar, justamente, condições de reparar o alto custo que gera, para esses municípios, um presídio ali instalado".

Atualmente, os recursos do Fundo Penitenciário Nacional só podem ser aplicados, por exemplo, na construção de presídios e na manutenção e aperfeiçoamento do serviço penitenciário. O projeto determina que parte do dinheiro do

fundo seja destinado para as áreas de educação, segurança e infraestrutura social e urbana das cidades que tenham presídios. A distribuição vai ser decidida de acordo com os instrumentos da política urbana e de gestão democrática previstos no Estatuto das Cidades.

O projeto também estabelece que os municípios beneficiados criem um Fundo Municipal Penitenciário para viabilizar a transferência de recursos do Fundo Nacional.

O especialista em Direito Penal Rafael Kullmann considera o projeto positivo. Ao falar sobre os riscos que os presídios oferecem à população, ele fez uma comparação com a exploração do petróleo:

"Se a gente puder traçar um paralelo, por exemplo, na exploração de petróleo estabeleceu-se um royalty para o município, para o estado cuja área seja alvo desse tipo de exploração. Por quê? Porque há o risco de contaminação, de vazamento, um risco ambiental muito grande. E isso estabelece o royalty: não pela certeza de que aquilo vá acontecer, mas pela potencialidade do risco. É como no caso do estabelecimento prisional. Uma vez construído o estabelecimento prisional, existe o risco potencial de fuga, o risco concreto - e isso é demonstrado - de desvalorização imobiliária, a diminuição da sensação de segurança pública para aqueles que estão ao redor. Esse tipo de coisa".

O projeto ainda tem que ser analisado pelas comissões de Finanças e de Constituição e Justiça. Depois, tem que ser votado no Plenário.

*(Agência Câmara – 12/6/12)**Matéria relativa a proposições que tramitaram na Comissão***Câmara aprova sistema nacional de informações sobre segurança pública**

O Plenário aprovou nesta terça-feira (12) o Projeto de Lei 4.024/12, do Senado, que cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) para integrar dados sobre ocorrências criminais e ajudar na formulação de políticas para o setor. O texto aprovado, que seguirá para sanção da Presidência da República, é baseado no PL 2.903/11, do Executivo.

Segundo o projeto, o Sinesp será integrado pelos poderes executivos da União, dos estados e do Distrito Federal e conterá também informações sobre registro de armas de fogo; entrada e saída de estrangeiros; pessoas desaparecidas; execução penal e sistema prisional; recursos humanos e materiais dos órgãos e entidades de segurança pública; e repressão ao crack e a outras drogas.

Os dados compilados poderão ajudar na formulação de políticas de segurança pública; do sistema prisional e de execução penal; e de combate às drogas.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, esteve na Câmara nesta terça para negociar a votação desse projeto e de outras propostas sobre a área de segurança pública. Ele afirmou que, atualmente, os dados sobre criminalidade, drogas e outros temas relacionados à segurança não têm credibilidade e não permitem uma ação governamental focada. “Não temos um balizamento seguro para alocar as verbas.”

Cardozo disse que o Mapa de Violência do Ministério da Justiça é elaborado com base nos dados do Sistema Único de Saúde (SUS), que não suprem as necessidades do planejamento em segurança. “Se alguém toma um tiro em um município, mas é tratado em um hospital de cidade vizinha, para o SUS, vale o local de registro. Para nós, interessa o local onde ocorreu o crime”, explicou.

Sistematização

Na divulgação dos dados do Sinesp, deverá ser preservada a identificação pessoal dos envolvidos. Isso valerá também para informações sobre a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

Além de coletar os dados, o Sinesp permitirá sua análise e sistematização, tornando-os disponíveis para estudos, estatísticas e indicadores. O Sinesp também vai integrar as redes de dados de segurança pública e do sistema prisional.

“O Sinesp vai permitir a coleta de informações dos vários estados para poder atuar de forma integrada”, disse o relator do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

A atualização dos dados no Sinesp será disciplinada por um conselho gestor, que coordenará o sistema e formulará suas diretrizes. O conselho definirá os parâmetros de acesso às informações e publicará, anualmente, um relatório de âmbito nacional com estatísticas e indicadores produzidos.

Cronograma

Segundo a proposta, o Ministério da Justiça será responsável por elaborar um cronograma para a implantação do Sinesp. O ministério também deverá auditar periodicamente a segurança do sistema e a infraestrutura tecnológica.

Estados que atualizarem o Sinesp antes do prazo final estabelecido no cronograma poderão ter preferência no recebimento de recursos da União para projetos de segurança pública e do sistema prisional.

Já os municípios, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público poderão participar do Sinesp por meio de adesão e segundo normas do conselho gestor.

Dinheiro retido

De acordo com o projeto, o integrante do Sinesp que deixar de fornecer ou atualizar seus dados não poderá receber recursos nem celebrar parcerias com a União para financiar programas, projetos ou ações de segurança pública e do sistema prisional.

Igual restrição de repasse ocorrerá para os recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Transferências voluntárias para programas do setor também serão proibidas ao integrante do Sinesp que não cumprir os prazos para fornecer dados ao sistema.

Fundo de segurança

O projeto faz outras mudanças no FNSP para limitar os gastos anuais em projetos na área de segurança pública. As despesas com construção, compra, reforma e adaptação de imóveis da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios serão limitados a 10% do total alocado para os projetos prioritários do fundo.

Esses projetos são: polícia comunitária, prevenção ao delito e à violência, modernização da polícia científica, sistemas de informação e de investigação e reequipamento e qualificação das polícias.

No conselho gestor do FNSP, a representação da Procuradoria-Geral da República é substituída pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Atestados de antecedentes

O projeto altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) e especifica que, para a emissão de atestado de antecedentes, a autoridade policial não poderá mencionar a existência de inquéritos contra o requerente.

Esse tópico do projeto permitiu sua inclusão na pauta de sessões extraordinárias do Plenário, pois o tema não pode ser tratado em medidas provisórias.

(Agência Câmara – 13/6/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Câmara aprova sistema informatizado para acompanhar execução de penas

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (13) o Projeto de Lei 2.786/11, do Executivo, que cria um sistema informatizado para registrar dados de acompanhamento da execução de penas. O objetivo é evitar a perda de direitos dos presos, como a progressão de regime ou a liberdade por cumprimento da pena. A matéria ainda será analisada pelo Senado.

Segundo a proposta, todos os dados serão acompanhados pelo juiz, pelo representante do Ministério Público e pelo defensor. Estarão disponíveis também à pessoa presa ou sob custódia, e aos representantes dos conselhos penitenciários estaduais e dos conselhos da comunidade.

"Hoje, temos presos que ultrapassam o tempo na prisão por falta de acompanhamento. Mas, com um sistema informatizado, com alertas das datas de vencimento das penas, vamos impedir que essas injustiças ocorram e também impedir a superlotação", disse o relator do projeto pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, deputado Efraim Filho (DEM-PB).

O projeto foi aprovado com emendas da comissão, apresentadas pelo relator. Uma das emendas prevê a informação sobre o uso de equipamento de monitoração eletrônica pelo preso.

Outra novidade é a previsão de uso de software livre para a formatação do sistema. O objetivo é evitar a dependência do Poder Público de softwares que passem a ter valor maior devido ao seu uso pelo sistema criado.

Lentidão

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a lentidão da justiça criminal em razão do grande número de processos provoca o aumento desnecessário do gasto público com pessoas que continuam presas depois de já terem cumprido suas penas.

Ele lembrou que, entre agosto de 2008 e abril de 2010, 20 mil pessoas foram soltas pela campanha do mutirão carcerário, pois já tinham cumprido o período de pena e continuavam presas.

Dados a preencher

De acordo com o projeto, dez tipos de dados deverão ser registrados e atualizados. O delegado será responsável por lançar nome e filiação; data da prisão ou da internação (menor de idade); comunicado da prisão à família e ao defensor; tipo penal do crime e a pena a que está sujeito.

Já o magistrado, ao proferir a decisão, deverá lançar no sistema o tempo de condenação ou da medida aplicada (medida cautelar, por exemplo) e, ao longo do cumprimento da pena, os dias remidos (perdoados por estudo ou trabalho). Caberá a ele também informar se o preso usa equipamento de monitoramento eletrônico.

O diretor do presídio será responsável por lançar os dias de trabalho ou de estudo, o atestado sobre o comportamento do preso e a ocorrência de faltas graves (matar outro preso, por exemplo).

No caso de unidades de internação de adolescentes, o diretor deverá lançar o resultado do exame sobre a continuidade ou não da periculosidade do interno.

O projeto permite ainda, ao magistrado, rever, a qualquer momento, a data da prisão ou da internação.

Aviso tempestivo

Para evitar a perda de prazos, o sistema deverá ter ferramentas para calcular e informar com antecedência ao magistrado, ao Ministério Público e ao defensor datas importantes, como quando será possível obter progressão de regime (fechado para semiaberto, por exemplo) ou liberdade condicional.

As ferramentas deverão informar sobre a conclusão do inquérito; o oferecimento da denúncia; a realização do exame de fim de periculosidade; e enquadramento nas hipóteses de indulto ou de comutação de pena.

Pelo sistema, será possível calcular a remição da pena e identificar a existência de outros processos em que tenha sido determinada a prisão do réu ou acusado.

O projeto determina que, ao receber o aviso, o magistrado verificará o cumprimento das condições legais necessárias para soltura ou para a concessão de outros benefícios à pessoa presa e dará vista da decisão ao Ministério Público.

Operação conjunta

Para viabilizar a operação conjunta das bases de dados dos sistemas existentes nos estados e no Distrito Federal, o Executivo federal criará o sistema nacional de forma a permitir a troca de dados.

A lei entrará em vigor dentro de 365 dias de sua publicação.

(Agência Câmara – 14/6/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova mais rigor para crimes e dificulta redução de penas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (13) o Projeto de Lei 8.006/10, do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que, entre outras medidas, amplia penas para os crimes de formação de quadrilha e de roubo e extorsão com violência ou morte.

A proposta também dificulta a possibilidade de redução da pena para esses delitos e para o tráfico de armas, além de incluir os crimes relacionados ao tráfico de drogas na relação de crimes hediondos.

O relator na comissão, deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), defendeu a aprovação da proposta. Ele argumentou que a impunidade é o principal fator de aumento da criminalidade no Brasil.

Além disso, segundo ele, o estabelecimento de penalidades mais severas e de critérios menos brandos para a concessão de benefícios na fase de execução da pena são demandas da população.

“O afrouxamento do rigor legislativo no combate à criminalidade violenta vem permitindo que indivíduos de altíssima periculosidade façam do crime um meio de vida, sem que o Estado possa desencorajar-lhe ou impedir-lhe de atentar sistematicamente contra a ordem pública”, destacou Mendes.

O texto altera o Código Penal (Decreto-lei 2.848/40), a Lei de Execução Penal (7.210/84) e a Lei de Crimes Hediondos (8.072/90).

Confira as alterações propostas:

Crime	Pena atual	Pena proposta
Roubo com violência ou grave ameaça à vítima em casos de: uso de arma; crime cometido por mais de uma pessoa; assalto a carro-forte; roubo interestadual de carro; vítima mantida como refém.	5 anos e 4 meses a 15 anos e multa	6 a 15 anos e multa

Crime	Pena atual	Pena proposta
Extorsão com violência ou grave ameaça à vítima cometida por duas ou mais pessoas ou com arma.	5 anos e 4 meses a 15 anos e multa	6 a 15 anos e multa. Com refém, a pena será de 7 a 15 anos e multa
Roubo e extorsão que resultem em lesão corporal grave.	7 a 15 anos e multa	16 a 24 anos
Latrocínio.	20 a 30 anos	24 a 30 anos
Formação de quadrilha.	1 a 3 anos	2 a 6 anos e multa
Formação de quadrilha para praticar tortura, terrorismo ou crimes hediondos.	-	6 a 15 anos

Regime fechado

De acordo com a proposta, o condenado por formação de quadrilha, tráfico internacional de armas ou roubo e extorsão com violência à vítima deverá começar a cumprir a sentença em regime fechado. O Código Penal prevê essa hipótese apenas para condenados com pena superior a oito anos.

Desordem social

A proposta criminaliza a desordem social, especificada como a destruição, inutilização ou deterioração de bens para alterar a paz pública. A pena, estabelecida no projeto, é de 5 a 10 anos e multa. Caso outro crime mais grave resulte em desordem social, o crime de desordem social funcionará como agravamento de 1/3 a 1/2 da pena total.

Tramitação

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ir a Plenário.

(Agência Câmara – 19/6/12)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 19/6/12

Polêmica marca debate sobre projetos que ampliam porte de arma

Falta de consenso e debates acalorados marcaram, nesta terça-feira, a audiência pública na qual foram discutidos cinco projetos de lei que autorizam o porte de arma para algumas categorias profissionais, como advogados e agentes de trânsito. As propostas, que pretendem mudar o Estatuto do Desarmamento, estão em análise na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC) defendeu a aprovação do projeto de sua autoria que permite que advogados possuam armas de fogo para defesa pessoal (PL 1.754/11). O parlamentar destacou que o Estatuto da Advocacia diz que não existe hierarquia entre advogados, juízes e integrantes do Ministério Público. "Mas, enquanto a lei permite a juízes e promotores o porte de armas, o mesmo não acontece em relação aos advogados", ressaltou Benedet. Segundo ele, a categoria sofre ameaças e precisa ter meios para se defender.

Critérios objetivos

O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro, disse que o ministério vê com preocupação o aumento das carreiras autorizadas a ter porte de arma. De acordo com ele, esse debate tem que ser feito com base em critérios objetivos e científicos, que demonstrem a real necessidade de que determinadas categorias tenham o porte de arma.

"É necessário deixar claro que a cada arma a mais que o Estado autoriza circular, ele não está só protegendo a segurança do indivíduo que foi autorizado a portar a arma. Está, automaticamente, colocando em risco toda a sociedade, que pode estar sujeita ao uso indevido dessa arma", avisou.

A Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, também criticou as tentativas de flexibilizar a lei. Ela destacou que aproximadamente 50 mil pessoas são mortas por ano vítimas de violência - 85% delas por arma de fogo.

Agentes de trânsito

O presidente do Sindicato Intermunicipal dos Agentes de Trânsito da Paraíba, Antonio Meireles Neto, defendeu que a categoria possa ter o porte. Antonio Neto afirma que a categoria profissional é relativamente nova e necessita de armas para proteger a si mesmos e à população.

"Os agentes de trânsito estão expostos na via pública, e o trânsito envolve todo tipo de conduta: cidadãos de bem, pessoas que estão indo ao trabalho. Mas também há aqueles que estão fugindo de um crime, de um assalto, de um homicídio praticado. Enfim, isso traz um risco para essa categoria em relação à exposição na via", argumentou.

Por outro lado, a diretora do Instituto Sou da Paz, Melina Rio, afirmou que uma arma de fogo, por si só, não garante a segurança da pessoa que a possui. Ela citou um levantamento feito pela Polícia Militar de São Paulo. Os dados mostram que os policiais, que podem portar as armas 24 horas por dia, morrem quatro vezes mais fora de serviço do que em serviço.

Colecionadores

O deputado Milton Monti (PR-SP), um dos autores do requerimento da audiência da Comissão de Segurança Pública e autor do Projeto de Lei 6.971/10, que estende o porte de arma para colecionadores e atiradores desportistas, afirmou que a proposta não acrescenta nenhuma arma ao País.

"Queremos apenas preencher uma lacuna na legislação. As armas já estão na casa dessas pessoas. Elas têm a posse legal do armamento. A única coisa que vamos fazer é permitir o porte, para que os atiradores possam, por exemplo, transportar suas armas para as competições", declarou. A proposta recebeu parecer contrário do relator, deputado Edio Lopes (PMDB-RR).

O deputado João Campos (PSDB-GO), outro autor de requerimento para a audiência, também defendeu o direito de porte de arma para colecionadores e atiradores. Ele é favorável ainda à aprovação do PL 1.966/11, que autoriza o porte para policiais das Assembleias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

João Campos defendeu também a necessidade de haver um debate mais aprofundado sobre o PL 2.561/11, que torna obrigatória a apreensão e a destruição de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo. "A destruição de brinquedos e réplicas tem razão de ser, mas o projeto não proíbe a fabricação e o comércio desses produtos, parte direta para a destruição. Isso precisa ser melhor discutido", disse.

Também foi discutido na audiência o PL 7.896/10, que permite o porte de arma aos agentes de segurança do Ministério Público da União.



(Agência Câmara – 3/7/12)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 3/7/12

Fenaj: maior violência contra jornalistas é cometida por políticos e policiais

O número de jornalistas que são mortos por causa do trabalho que realizam está aumentando no Brasil. Só nos seis primeiros meses de 2012, seis jornalistas já foram assassinados - número que corresponde às mortes de todo o ano de 2011. Em 2010, foi registrado um caso e, em 2009, dois casos. Desde 1995, 41 jornalistas foram assassinados no País.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) destaca que a violência contra a categoria não diz respeito só a assassinatos, mas a agressões físicas, ofensas verbais e ameaças - que são costumeiras. Relatórios anuais elaborados pela Fenaj apontam que a maior parte da violência contra jornalistas é cometida por agentes públicos, em especial políticos estaduais e municipais e policiais locais.

Esses dados foram divulgados durante audiência realizada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. No evento, foi discutida a segurança dos jornalistas e a impunidade em relação aos crimes praticados contra eles.



Impunidade

O representante da Fenaj, José Carlos Torves, afirma que muitos crimes ocorrem porque os agressores têm a sensação de que não vão ser punidos. Ele também afirma que, nas cidades do interior, existem vários casos de violência contra jornalistas que não são investigados por pressão política ou conivência da polícia e do judiciário local.

Por isso, José Carlos Torves defende a aprovação de um projeto que está sendo analisado na Câmara que federaliza os crimes contra a atividade jornalística (PL 1.078/11). A proposta permite que a Polícia Federal participe dos inquéritos sobre esses crimes quando houver "omissão ou ineficiência" das polícias dos estados e municípios. Isso depois que as investigações locais tiverem completado 90 dias.

José Carlos Torves afirma que o projeto vai contribuir principalmente para evitar a impunidade em cidades menores: "Há uma situação já comprovada de que todos os crimes que ocorrem contra jornalistas no interior do Brasil acabam sendo engavetados. Por um conluio de várias autoridades políticas e policiais, os crimes nunca são esclarecidos. Então, com a federalização, nós acreditamos que vai sair desse controle paroquial e vai haver a apuração do caso pela Polícia Federal."

Desinteresse da polícia

Por outro lado, o deputado William Dib (PSDB-SP) questiona a eficácia desse projeto. Ele teme que as polícias locais nem tentem apurar os crimes contra jornalistas, sabendo que a Polícia Federal pode entrar no caso. Além disso, o parlamentar destaca que a Polícia Federal pode não ter interesse ou recursos disponíveis para as investigações.

William Dib e o presidente da Comissão de Segurança, Efraim Filho (DEM-PB), pediram a realização da audiência sobre a violência contra os jornalistas. "Proteger a imprensa livre é função do Estado - maior do que todas as outras funções. Por quê? Porque é um jeito de proteger a democracia", afirmou William Dib.

O parlamentar paulista ressaltou que não há como imaginar um Estado que se diz democrático sem imprensa livre, articulada e que possa expressar suas opiniões. "Se a imprensa for calada, pode ter certeza que o Estado Democrático de Direito está suspenso. Nós não podemos imaginar um estado democrático com imprensa calada pelo poder econômico, por ameaças físicas ou, de fato, pelo delito, que é o crime."

Nova lei de imprensa

William Dib e outros participantes da audiência também defenderam a aprovação de uma nova Lei de Imprensa, já que a antiga, de 1967, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

(Agência Câmara – 13/7/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova porte de arma para polícias legislativas estaduais e do DF

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (11) o Projeto de Lei 1.966/11, do deputado Edson Pimenta (PSD-BA), que garante o porte de armas para os policiais das Assembleias Legislativas dos estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Para o deputado Edio Lopes (PMDB-RR), que relatou a matéria na comissão, "a proposta pretende corrigir os erros de um 'cochilo' do legislador federal, que enxergou os policiais legislativos do Congresso Nacional, mas não percebeu que a Constituição prevê atribuições semelhantes para os policiais legislativos das Assembleias e da Câmara Legislativa".

Ao defender a aprovação do projeto, Lopes citou os argumentos usados pelo autor para apontar a semelhança entre as atribuições desenvolvidas por policiais legislativos em todas as esferas da administração pública. Segundo ele, as

polícias legislativas da Câmara do Distrito Federal e das Assembleias dos estados também desempenham as funções de segurança institucional, de polícia judiciária, e de polícia ostensiva, a exemplo do que ocorre no âmbito federal.

"Apesar da existência de órgãos de segurança pública estaduais e distritais, as conhecidas restrições que os alcançam quase sempre inviabilizariam a proteção necessária às Casas legislativas", argumentou Lopes, ao defender a adoção de meios próprios para o cumprimento dessa missão, "como a concessão do porte de arma de fogo aos agentes com essa atribuição".

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara – 8/8/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Aprovada pena maior para venda a criança de produto que cause dependência

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (8) o Projeto de Lei 4.478/04, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), que dobra a pena de quem fornecer ou vender a crianças e adolescentes drogas ou outros produtos que possam causar dependência física ou psíquica, caso fique comprovado o uso do produto pela vítima.



A pena atual, definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90), é de dois a quatro anos de detenção se o fato não constitui crime mais grave.

O projeto foi aprovado em votação simbólica e será analisado ainda pelo Senado.

“A droga é responsável pelo aumento da criminalidade, todos nós sabemos. Essa iniciativa, aliada a outras aprovadas pela Casa, ajuda a endurecer o combate ao tráfico”, disse Bacci. Ele lembrou que 80% dos homicídios estão relacionados às drogas.

Pareceres divergentes

A matéria contou com parecer favorável do deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), que relatou a matéria em Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Segundo ele, os especialistas mundiais em Psicologia mostram que, ao usar droga antes dos 18 anos, a pessoa terá dez vezes mais chances de se tornar um dependente químico no futuro. “É justa a aprovação desse projeto”, afirmou.

Entretanto, em julho deste ano, o relator designado na comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), apresentou parecer contra o projeto, argumentando que o agravante poderia elevar a pena final desproporcionalmente em relação a outros crimes tipificados no Código Penal, como homicídio culposo ou lesão corporal grave.

Originalmente, a pena estabelecida no ECA era detenção de seis meses a dois anos e multa, mas foi ampliada pela Lei 10.764, de 2003.

(Agência Câmara – 5/9/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Câmara aprova projeto que tipifica crime de formação de milícia

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (5) o Projeto de Lei 370/07, do deputado Luiz Couto (PT-PB), que tipifica o crime de formação de milícia ou grupos de extermínio e aumenta a pena de homicídio para esses casos de 1/3 até a metade. Durante a votação, os deputados aprovaram três de quatro emendas do Senado. A matéria será enviada à sanção presidencial.

De acordo com uma das emendas aprovadas, o homicídio praticado por milícias está condicionado ao pretexto de prestação de serviço de segurança. Com o agravante, a pena de reclusão de 6 a 20 anos pode chegar ao total de 9 a 30 anos.

Outra emenda aceita pelos deputados excluiu a tipificação do crime de oferecer ou prometer serviço de segurança sem autorização legal. A pena prevista era de detenção de um a dois anos.

Organização paramilitar

Segundo o texto aprovado, estarão sujeitos a pena de reclusão de quatro a oito anos aqueles que constituírem, organizarem, integrarem, mantiverem ou custearem

organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

Investigação nos estados

O Plenário também aprovou emenda que excluiu do projeto um artigo que considera esses crimes uma ofensa ao Estado democrático de Direito e remeteria, portanto, seu julgamento à justiça federal.

Essa emenda tinha parecer contrário das comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O assunto, no entanto, foi levado a Plenário por meio de um destaque do PT.

O autor do projeto, deputado Luiz Couto, lamentou a aprovação da emenda. “Quem vai continuar fazendo normalmente a investigação é a polícia judiciária estadual, e o processo todo que não dá em nada até hoje. Esse é o grande problema.”

Para o deputado, a falta de investigação por parte das polícias estaduais dificultará a aplicação das penas previstas no projeto.

(Agência Câmara – 6/9/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Segurança aprova Bolsa Formação para quem trabalha com adolescente infrator



A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (5) proposta que estende o Projeto Bolsa Formação para educadores sociais e monitores dos centros de internação de adolescentes apreendidos.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Pastor Eurico (PSB-PE), que unifica os projetos de lei 84/11, do deputado Weliton Prado (PT-MG), e 1.392/11, do deputado Fernando Francischini (PEN-PR).

“Essas propostas, com as devidas alterações de redação, vão assegurar uma melhor qualificação dos profissionais que estão envolvidos, direta ou indiretamente, no

processo de ressocialização do adolescente infrator, gerando benefícios para a toda a sociedade brasileira”, argumenta o relator.

Pastor Eurico lembra que a lei que estabeleceu as bases do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci – Lei 11.530/07), posteriormente alterada pela Lei 11.707/08, já prevê o pagamento de Bolsa Formação no valor mensal de R\$ 443 para a qualificação profissional dos integrantes de carreiras de policial, civil e militar; de bombeiros militares; de agentes penitenciários; de agentes carcerários; e de peritos.

O relator, entretanto, ressalta que a legislação vigente é omissa em relação aos socioeducadores e aos monitores que trabalham diretamente com os jovens internados. “Por isso, é inadiável a necessidade de corrigir essa lacuna”, explica Eurico.

Para receber a bolsa, os profissionais devem ter salário de até R\$ 1,7 mil e frequentar um dos cursos de especialização em segurança credenciados pelo Ministério da Justiça.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara – 14/11/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Segurança Pública aprova número 190 para todos os tipos de emergência

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, na quarta-feira (7), proposta que unifica os números de telefone para todos os casos de emergência (polícia, bombeiros e outros). O número 190 será usado para contatar qualquer um desses serviços em qualquer parte do País. A proposta altera a Lei Geral de Telecomunicações (9.472/97).

O texto aprovado é o substitutivo da deputada Keiko Ota (PSB-SP) ao Projeto de Lei 175/11, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), e a duas outras propostas que tramitam em conjunto: PL 2.810/11, do deputado Edinho Araújo (PMDB-SP), e PL 3.756/12, da deputada Manuela D’Ávila (PCdoB-RS).

“Sou favorável à criação de um número único apenas para os atendimentos considerados de emergência” disse a relatora. Assim, Keiko Ota estabelece em seu substitutivo que a definição do que seriam atendimentos emergenciais deverá ficar a cargo de regulamentação pela agência reguladora do setor de telecomunicações, a qual deverá ser editada em até 180 dias após a entrada em vigor da lei.



Após a regulamentação, a divulgação do telefone do serviço de emergência será obrigatória nas viaturas dos órgãos de segurança pública, nas ambulâncias, nas instituições de saúde e de ensino público e privado e em todos os estabelecimentos comerciais.

Pena e multa

O substitutivo retira a previsão, que consta do texto original, de pena de detenção de dois a quatro anos, acrescida da metade se houver dano a terceiro, além de multa, para quem utilizar o serviço de forma abusiva, com a intenção de prejudicar ou impedir sua operação – passar trote, por exemplo.

O texto aprovado também retira a exigência do projeto original de que as despesas do serviço serão pagas pelas operadoras de serviços de telefonia – fixa e móvel.

Tramitação

A proposta - já aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - ainda será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Agência Câmara – 14/11/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Infrator reincidente poderá ficar internado até os 26 anos de idade

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou no último dia 7 proposta que eleva de 21 para 26 anos a idade limite para a soltura do adolescente infrator, reincidente em qualquer tipo de crime, condenado a medida socioeducativa de internamento, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90).

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Enio Bacci (PDT-RS) ao Projeto de Lei 345/11, do deputado Hugo Leal (PSC-RJ). A proposta original previa apenas a elevação da idade, sem que houvesse necessidade do adolescente ser reincidente.

O texto de Enio Bacci foi o parecer vencedor, escolhido pela comissão após a derrota do relatório original, da deputada Dalva Figueiredo (PT-AP), pela rejeição do projeto.

Para Bacci, o projeto atende a uma necessidade jurídica e a um desejo da sociedade. Ele critica a redação atual do ECA, por prever a liberação compulsória, independentemente da gravidade do crime praticado, quando o jovem completa 21 anos de idade.

Legislação

Atualmente, o adolescente que pratica um delito antes da maioridade penal (18 anos) é processado e julgado pelas regras do estatuto. A sentença pode ser proferida depois de ele completar os 18 anos, mas a condenação máxima é de três anos de internamento, sendo a liberação compulsória aos 21 anos de idade, ainda que reste tempo de pena a cumprir.

Tramitação

O projeto será agora analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania; antes de seguir para a apreciação do Plenário.

(Agência Câmara – 20/11/12)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 20/11/2012

Violência contra mulher é muito superior à média mundial, diz sociólogo

O sociólogo Júlio Jacobo, autor do Mapa da Violência 2012, afirmou há pouco que os números da violência doméstica no Brasil são muito vezes superiores à média mundial. “Esse tipo de violência tem crescido e, comparando com outros países, os índices são alarmantes”, disse.

De acordo com o estudo, 68% dos homicídios de mulheres no País acontecem dentro de casa. Em 86% dos casos, o assassino é alguém da família ou próximo a ela. Os parceiros ou ex-parceiros são os responsáveis pela maior parte dos assassinatos.

Júlio Jacobo participa de audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado sobre a violência contra a mulher no meio familiar. Segundo o sociólogo, o que ocorre é um “aprofundamento da cultura de violência no País”.

Ele lembrou que há duas semanas o Conselho Nacional do Ministério Público relatou que também aumentam

os crimes por impulso ou motivos banais. “São crimes culturais, não são praticados pelo crime organizado. Por isso, é preciso que existam políticas para a educação e a mudança cultural”, relatou.



(Agência Câmara – 26/11/12)

Matéria relativa à audiência pública ocorrida em 26/11/2012, com a presença do Ministro da Justiça

Ministro da Justiça participa de debate na Câmara sobre violência em São Paulo

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado recebe nesta terça-feira o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para tratar, em especial, da onda de violência em São Paulo. Deputados das comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos da Câmara participaram de uma diligência ao estado, nesta segunda-feira, para averiguar as ações adotadas pelo poder público para combater a criminalidade. A medida foi tomada após o comparecimento de apenas um dos 11 convidados para um debate sobre o tema, segundo o deputado Delegado Protógenes, do PCdoB paulista.

"A comissão tomou a decisão de se deslocar até São Paulo para fazer uma inspeção, não uma visita; uma inspeção que visa fiscalizar e controlar os atos, acordos e planos de segurança que estão sendo feitos para conter a onda de violência no estado de São Paulo. É um trabalho que inicia hoje, mas não tem data para terminar. Enquanto houver pessoas inocentes, policiais, civis, militares, agentes penitenciários morrendo no estado de São Paulo, a comissão vai permanecer em São Paulo, dando continuidade a esta inspeção no sistema de segurança pública."

Os deputados se reuniram com representantes de policiais na Assembleia Legislativa de São Paulo e visitaram a comunidade Jardim Vaz de Lima, em Capão Redondo, onde atualmente há uma experiência de policiamento comunitário. A vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, defendeu a ampliação desse tipo de iniciativa para outros lugares e de uma ação articulada de várias políticas, não apenas da área de segurança.

"É preciso que nós possamos ter uma ação emergencial, com muito vigor, com muita força, de enfrentamento ao crime organizado, que significa ter uma atuação na área de inteligência, para que se possa

desconstruir esse nível de ousadia e de crueldade a que o crime organizado tem se prestado aqui em São Paulo; inclusive para que se possam desvendar possíveis relações que haja entre o Estado e o próprio crime, o que significa que é dentro do Estado democrático de direito que tem que estar concentradas as respostas necessárias à crise que nós enfrentamos."

A diligência parlamentar ocorre após mais um fim de semana violento, em que pelo menos 22 pessoas foram mortas na capital e na Grande São Paulo. Nessa segunda-feira, o novo secretário de Segurança Pública do estado, Fernando Grella, que assumiu a pasta na semana passada, anunciou oficialmente mudanças nos comandos das polícias Civil e Militar paulista. O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Efraim Filho, do DEM da Paraíba, disse que, inicialmente, a ida do grupo tem como foco inspecionar as ações que vêm sendo tomadas e, em um segundo momento, buscar respostas para aperfeiçoar as políticas públicas de segurança do Brasil.

"Nossa grande missão, tarefa e maior desafio é para, a médio e longo prazos, aperfeiçoar as políticas públicas de segurança do Brasil. Nós temos hoje absoluta convicção de que o atual modelo está exaurido, está esgotado, está falido. É preciso ser mudado e de forma substancial. Não adianta fazer remendo em tecido podre, não adianta mais ficar com ações pontuais, que não resolvem o problema como um todo. Então, é preciso pensar em um novo modelo de segurança pública que traga ações continuadas, soluções estruturantes e aumento de recursos sempre crescentes."

O deputados visitaram, ainda, a Agência Integrada de Inteligência para combater a criminalidade em São Paulo, criada a partir de um termo de cooperação assinado entre o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o governador do estado, Geraldo Alckmin, no início do mês.

(Agência Câmara – 26/11/12)

Matéria relativa à diligência que a Comissão realizou em São Paulo, sobre a onda de violência no Estado

Deputados fiscalizam políticas de segurança contra a violência em SP

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados participou nesta segunda-feira (26) de reunião com representantes de policiais na Assembleia Legislativa de São Paulo.

O encontro ocorreu antes de visita à comunidade Jardim Vaz de Lima, em Capão Redondo, atualmente sob intervenção da polícia, que tenta pacificar o local, considerado um dos mais perigosos de São Paulo.

Segundo o presidente da comissão, deputado Efraim Filho (DEM-PB), o objetivo da reunião e da diligência à comunidade é inspecionar as políticas públicas de segurança adotadas pelo estado de São Paulo em conjunto com o governo federal, depois da crise da segurança e da onda de violência que assola o estado.

De acordo com o deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP), que propôs a comissão externa, a comissão tomou a decisão de se deslocar até São Paulo para fazer uma inspeção, não uma visita. "Uma inspeção que visa fiscalizar e controlar os atos, acordos e planos de segurança que estão sendo feitos para conter a onda de violência no estado de São Paulo. É um trabalho que inicia hoje, mas não tem data para terminar. Enquanto houver pessoas inocentes, policiais, civis, militares, agentes penitenciários morrendo no estado de São Paulo, a comissão vai permanecer em São Paulo, dando continuidade a esta inspeção no sistema de segurança pública."

Inteligência integrada

O deputados visitaram, ainda, a Agência Integrada de Inteligência para combater a criminalidade em São Paulo, criada a partir de um termo de cooperação assinado entre o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o governador do estado, Geraldo Alckmin, no início do mês. O termo de cooperação prevê a formalização de ações de segurança pública em São Paulo.

"O papel da Câmara dos Deputados é estudar esse novo modelo de ação integrada que está sendo adotado e conferir os resultados obtidos, para que possamos aperfeiçoar as políticas públicas de segurança", explicou Efraim Filho.

Na opinião do parlamentar, o diálogo com as autoridades policiais existe, mas precisa evoluir para que seja

aberto e transparente sem acobertar números, já que o cenário é de crise e precisa ser melhorado. "É possível perceber que a droga e o crime organizado estão na causa do problema e é preciso estabelecer métodos eficientes para combatê-los. E isso pode ser feito por meio de uma ação integrada de inteligência".

Efraim Filho acredita que é preciso asfixiar a força econômica do crime organizado, que, segundo ele, sobrevive de um poder financeiro que não será dissipado sem ações de inteligência com prevenção e repressão.

A vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Erika Kokay (PT-DF), defendeu a ampliação desse tipo de iniciativa para outros lugares e de uma ação articulada de várias políticas, não apenas da área de segurança. "É preciso que nós possamos ter uma ação emergencial, com muito vigor, com muita força, de enfrentamento ao crime organizado, que significa ter uma atuação na área de inteligência, para que se possa desconstruir esse nível de ousadia e de crueldade a que o crime organizado tem se prestado aqui em São Paulo; inclusive para que se possam desvendar possíveis relações entre o Estado e o próprio crime. É dentro do Estado democrático de direito que devem estar concentradas as respostas necessárias à crise que enfrentamos."

Mudanças nos comandos

A diligência parlamentar ocorre após mais um fim de semana violento, em que pelo menos 22 pessoas foram mortas na capital e na Grande São Paulo. Nessa segunda-feira, o novo secretário de Segurança Pública do estado, Fernando Grella, que assumiu a pasta na semana passada, anunciou oficialmente mudanças nos comandos das polícias Civil e Militar paulista.

Para Efraim Filho, a resposta do estado ao crime organizado foi lenta quando se percebeu que os criminosos estavam investindo contra os policiais. "Isso é uma afronta à ordem pública, ao poder público, e passa à comunidade um sentimento de pânico e insegurança. O policial militar tem um simbolismo para a sociedade de força e autoridade, e quando é confrontado de forma violenta e não tem respostas imediatas chega-se a uma crise instalada", disse.

(Agência Câmara – 10/12/12)

Matéria relativa a proposição que tramitou na Comissão

Comissão aprova projeto que anistia PMs e bombeiros grevistas

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na quarta-feira (5) proposta que concede anistia a policiais e a bombeiros militares punidos por participar de movimentos reivindicatórios.

Serão beneficiados os policiais e bombeiros dos estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, do Mato Grosso, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins, além do Distrito Federal.

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Francisco Araújo (PSD-RR) ao Projeto de Lei 2791/11, do ex-deputado Weverton Rocha, que previa anistia apenas para os policiais militares do Maranhão.

O relator acolheu sugestões de outros seis projetos que tramitam em conjunto (PLs 3.103/12, 3.424/12, 3.579/12, 3.635/12, 3.666/12 e 4.147/12) e tratam do mesmo assunto. Araújo apresentou ainda complementação de voto para incluir os policiais de Goiás.

"A anistia concedida não alcançará os excessos, os quais devem ser punidos para que não haja incentivo à desordem", observou o relator.

O substitutivo concede anistia aos policiais e bombeiros que participaram de movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e condições de trabalho, ocorridos entre 1º de janeiro de 1997 e 11 de outubro de 2011; e aos que participaram de greves entre 13 de janeiro de 2010 e 11 de outubro de 2011.

Lei atual

A Lei 12.505/11 já concedeu anistia para os policiais e bombeiros militares dos estados de Alagoas, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Rondônia e de Sergipe que participaram de movimentos reivindicatórios entre 1º de janeiro de 1997 e 11 de outubro de 2011.

A lei também anistiou os policiais e bombeiros militares dos estados da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina e do Tocantins, além do Distrito Federal, que participaram de movimentos reivindicatórios entre 13 de janeiro de 2010 e 11 de outubro de 2011.

Tramitação

O projeto será ainda analisado pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário.

(Agência Câmara – 26/12/12)

Matéria relativa ao trabalho da Comissão em 2012

Segurança Pública: reformulação do atual modelo é um dos desafios de 2013



Reformular o modelo de segurança pública do país é o principal objetivo da Comissão de Segurança Pública da Câmara para 2013.

Segundo o presidente da comissão, deputado Efraim Filho (DEM/PB), a recente onda de violência em São Paulo demonstra que o atual mecanismo está exaurido.

"Está esgotado, está falido. Há uma verdadeira falta de integração e coordenação entre as

polícias militar, civil e federal. Há uma falta de coordenação vertical entre a União, os estados e os municípios. Portanto, reformular o modelo que a nossa Constituição Federal estabeleceu em 88 de espaços e polícias divididas é a principal objetivo que a comissão pretende se dedicar no ano de 2013."

Efraim Filho defende a integração de ações das polícias, mas explica que isso não significa acabar com elas.

"Não necessariamente acabar com a polícia civil e a polícia militar e fazer uma polícia estadual, por exemplo. Mas

sim tratar de unidade de ações, de integração, onde o trabalho de investigação da polícia civil possa ajudar no trabalho de inteligência da polícia federal e da polícia militar. Esses trabalhos hoje não se comunicam."

Segundo o presidente da Comissão de Segurança da Câmara, a falta de integração é sentida, principalmente, nas investigações que ultrapassam as divisas dos estados e as fronteiras do país.

Mais rigor na vigilância das fronteiras, inclusive, também é destaque na pauta da comissão para 2013. Efraim Filho destacou que as fronteiras representam outro ponto de debilidade e de fragilidade do sistema, o que favorece o contrabando de armas, o tráfico de drogas e até o de pessoas.

O deputado Efraim Filho observou ainda que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, prometeu, durante audiência pública da comissão, que iria dobrar o efetivo de policiais nas fronteiras e garantiu que isso será cobrado dele.

Outra questão a ser acompanhada de perto pela comissão em 2013 é integração das guardas municipais ao sistema de segurança pública.

Além disso, Efraim Filho disse que já há previsão de votação em fevereiro de dois temas importantes. O primeiro se refere aos princípios da política de pacificação social, as chamadas UPPs. Incluem-se aí os policiamentos solidário, comunitário e preventivo.

O outro tema é o Registro de Identidade Civil Único como forma de combate às fraudes. Como lembrou o deputado Efraim Filho, hoje em dia qualquer pessoa encontra facilidade em obter a carteira de identidade em diferentes estados, o que facilita ações de estelionatários.

(Agência Câmara – 27/12/12)

Matéria relativa a matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados na área da Segurança Pública

Confira as propostas aprovadas pela Câmara na área de segurança em 2012

Entre os projetos aprovados estão o aumento de pena para o tráfico de crack, a punição para crimes cibernéticos e novas regras de combate ao crime organizado.

Algumas propostas aprovadas pela Câmara já viraram lei. Outras aguardam votação no Senado. Confira os projetos relacionados à área de segurança:

- **Integração de dados sobre ocorrências criminais**

Uma das matérias aprovadas pela Câmara e transformada em lei (12.681/12) cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) para integrar dados de ocorrências criminais e ajudar na formulação de políticas para o setor.

O texto referendado pelos deputados foi o do Projeto de Lei 4.024/12, do Senado, que tomou como base o PL 2.903/11, do Executivo. Segundo o projeto, o Sinesp será integrado pelos poderes executivos da União, dos estados e do Distrito Federal.

Esse sistema conterá informações sobre registro de armas de fogo, entrada e saída de estrangeiros, pessoas desaparecidas, execução penal e sistema prisional, recursos humanos e materiais dos órgãos e entidades de segurança pública, e repressão ao crack e a outras drogas.

- **Sistema para acompanhar execução de penas**

A Câmara aprovou o Projeto de Lei 2.786/11, do Executivo, que cria um sistema informatizado para registrar dados de acompanhamento da execução de penas. O texto já foi convertido na Lei 12.714/12.

O objetivo do sistema é evitar a perda de direitos dos presos, como a progressão de regime ou a liberdade por cumprimento da pena.

Segundo a proposta, todos os dados serão acompanhados pelo juiz, pelo representante do Ministério Público e pelo defensor. Também terão acesso aos dados a pessoa presa ou sob custódia e os representantes dos conselhos penitenciários estaduais e dos conselhos da comunidade.

- **Contagem de pena para quem cumpriu prisão provisória**

O tempo cumprido pelo réu em prisão provisória, em prisão administrativa ou em internação passará a ser considerado na contagem da sentença condenatória, como prevê a Lei 12.736/12, oriunda do Projeto de Lei 2.784/11, do Executivo.

Como o juiz vai contabilizar o tempo de prisão já cumprida, esse cálculo terá impacto imediato na definição do regime inicial de cumprimento de pena (fechado, semiaberto ou aberto).

Atualmente, após a sentença condenatória, o réu pode aguardar meses até a decisão posterior do juiz sobre o cálculo e o desconto da pena provisória já cumprida. Essa indefinição pode fazer com que o condenado comece a cumprir pena em regime mais severo do que aquele no qual efetivamente deveria estar, caso o tempo de prisão tivesse sido descontado no momento da sentença.

- **Aumento de pena para o tráfico de crack**

Para o combate ao crack, os deputados aprovaram o aumento das penas para o tráfico da droga em 2/3 até o dobro. Atualmente, a pena é reclusão de 5 a 15 anos.

O texto aprovado é o substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para o PL 5.444/09, do deputado Paulo Pimenta (PT-RS). Segundo o

texto, também estará sujeito ao mesmo aumento de pena quem importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, expõe à venda, oferece ou fornece matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de crack.

O projeto aguarda análise no Senado.

- **Tipificação do crime de formação de milícia ou grupos de extermínio**

O crime de formação de milícia ou grupos de extermínio foi tipificado por meio da Lei 12.720/12, originária do Projeto de Lei 370/07, do deputado Luiz Couto (PT-PB).

De acordo com o texto aprovado pela Câmara, o homicídio praticado por milícias está condicionado ao pretexto de prestação de serviço de segurança. Com o agravante, a pena pelo homicídio praticado nessa condição pode chegar ao total de 9 a 30 anos de reclusão.

A lei também prevê pena de reclusão de 4 a 8 anos para aqueles que constituírem, organizarem, integrarem, mantiverem ou custearem organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

- **Punição para crimes cibernéticos**

Em 2012, a Câmara aprovou duas propostas que inserem dispositivos no Código Penal para tipificar crimes cometidos por meio da internet, os chamados crimes cibernéticos. Os projetos de lei 2.793/11, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), transformado na Lei 12.737/12 (Lei Carolina Dieckmann); e o Projeto de Lei 84/99, transformado na Lei 12.735/12 (Lei Azeredo).

Um dos crimes tipificados é o de invadir dispositivo de informática alheio para obter vantagem, mudar ou destruir dados ou informações. A pena prevista é de três meses a um ano de detenção e multa.

Um dos objetivos é evitar a violação e a divulgação de arquivos pessoais, como fotos e outros documentos. Será aplicada ainda pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa para quem obtiver segredos comerciais ou industriais ou conteúdos privados por meio da violação de mecanismo de segurança de equipamentos de informática.

Já o uso de dados obtidos pela internet para a falsificação de cartão de crédito ou débito passa a ser equiparado ao crime de falsificação de documento, já previsto no Código Penal, com pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa.

- **Colegiado de juízes para julgamento de crime organizado**

Com o objetivo de evitar perseguições a juízes, a Câmara aprovou o Projeto de Lei 2.057/07, que permite à Justiça formar um colegiado de juízes para decidir sobre qualquer ato processual relativo a crimes praticados por organizações criminosas.

Transformada na Lei 12.694/12, a proposta é de autoria da Comissão de Legislação Participativa, que encampou sugestão da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

A ideia é evitar que as principais decisões – como decretar prisão, transferência de preso ou inclusão em regime disciplinar diferenciado – recaiam sobre um único juiz, que passa a ser alvo do crime organizado.

- **Destruição de bens de pirataria**

Outro projeto da área de segurança aprovado neste ano foi o PL 2.729/03, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-

RJ), que permite a destruição antecipada de produtos pirateados apreendidos. A matéria está em análise no Senado.

De acordo com o texto aprovado, uma emenda do deputado André Figueiredo (PDT-CE), a destruição antecipada atingirá todos os bens apreendidos, sejam os produtos pirateados ou os equipamentos usados para sua reprodução.

As exceções são a necessidade de preservar a prova do crime e o interesse público na utilização dos bens, manifestado pela Fazenda Nacional.

- **Política Nacional de Defesa Civil e monitoramento de desastres**

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil foi aprovada pelo Plenário por meio da Medida Provisória 547/11, transformada na Lei 12.608/12.

O texto, de autoria do deputado Glauber Braga (PSB-RJ), também autoriza a criação do Sistema de Informações e Monitoramento de Desastres. Os municípios terão novas atribuições, como a realização regular de exercícios simulados e a realização de um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil. Eles deverão também vistoriar edificações e áreas de risco, promovendo a intervenção preventiva quando for o caso.

Pela proposta, os conscritos que prestem serviço alternativo ao serviço militar obrigatório deverão ser treinados para atuar em áreas atingidas por desastre, em situação de emergência e estado de calamidade.

- **Regras para venda de uniformes militares**

A venda de uniformes das Forças Armadas, das polícias e de empresas de segurança ficou mais rígida por meio da Lei 12.664/12, oriunda do Projeto de Lei 1.812/11, do Senado.

Segundo o texto aprovado pela Câmara, também deverão ter venda restrita os distintivos e as insígnias. A medida abrange todos os órgãos de segurança pública federais e estaduais, inclusive bombeiros militares e guardas municipais.

No caso das empresas de segurança privada, o credenciamento será feito pela Polícia Federal.

- **Mais rigor na Lei Seca**

Pouco depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que o motorista pego em blitz não é obrigado a passar pelo bafômetro, a Câmara aprovou o Projeto de Lei 5.607/09, do deputado Hugo Leal (PSC-RJ), que dobra a multa por dirigir sob influência de álcool ou outras drogas que causam dependência e permite o uso de imagens ou vídeos para constatar essa infração. A matéria foi aprovada na forma do parecer do deputado Edinho Araújo (PMDB-SP) e transformada na Lei 12.760/12.

A multa passou de R\$ 957,70 para R\$ 1.915,40, aplicada em dobro no caso de reincidência no período de até 12 meses.

- **Banco de DNA para auxiliar investigações criminais**

A criação de um banco de DNA para auxiliar nas investigações de crimes violentos está prevista na Lei 12.654/12, cujo texto foi aprovado pela Câmara por meio do Projeto de Lei 2.458/11, do Senado.

A lei permite a coleta de DNA para identificação criminal e obriga a realização do exame nos condenados por crimes hediondos ou naqueles praticados com violência grave.

Os dados coletados formarão um banco de perfis genéticos, que permitirá a comparação com o DNA encontrado em outras cenas de crime, facilitando a prova de que a pessoa esteve no local. A polícia poderá pedir ao juiz o acesso a esses dados.

- **Rastreamento por celular para localizar desaparecidos**

A Câmara aprovou o Projeto de Lei 3797/08, do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que permite às prestadoras de serviço de telefonia móvel alugarem suas redes para a localização dos aparelhos celulares operados por ela. A matéria foi aprovada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e está em análise no Senado.

O serviço de localização poderá ser oferecido por outras empresas especializadas com o uso do GPS (Sistema de Posicionamento Global). O objetivo, segundo o autor da proposta, é ajudar a encontrar pessoas desaparecidas e a rastrear idosos, pessoas com deficiência e adolescentes que precisem de acompanhamento.

- **Criação de juizados itinerantes**

Aprovado em caráter conclusivo pela CCJ, o Projeto de Lei 7822/10, do Senado, já virou lei (12.726/12) e obriga os estados e o Distrito Federal a criar juizados especiais itinerantes para atuar prioritariamente em áreas rurais ou em locais de menor concentração populacional.

A proposta altera a Lei dos Juizados Especiais (9.099/95) e fixa prazo de seis meses, após sua publicação, para a criação dos juizados itinerantes.

- **Combate a organizações criminosas**

Na área criminal, os deputados aprovaram o Projeto de Lei 6578/09, do Senado, para definir organização criminosa e disciplinar os meios de obtenção de prova de sua atuação.

A matéria foi aprovada na forma do substitutivo do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), relator pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e retornou ao Senado para nova votação.

Para ser caracterizada como organização criminosa, deverá existir uma associação estruturada de quatro ou mais pessoas para a prática de crimes cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos ou sejam de caráter transnacional.

Entre os meios listados para obtenção de prova do crime de participar de organização criminosa estão a colaboração premiada; a escuta; o acesso a registros de ligações telefônicas e de e-mail; o grampo; a quebra de sigilo e a infiltração por policiais, em atividade de investigação.

O texto também disciplina como será autorizada a infiltração de agentes de polícia nas organizações, que poderá ocorrer apenas se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis.

O projeto estipula ainda meios mais rápidos de acesso aos números discados pelas pessoas de organizações criminosas investigadas, assim como a dados sobre reservas e registro de viagens.

7. SUBCOMISSÕES

Nesta sessão legislativa, constaram da CSPCCO três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais detalhadas a seguir:

PERMANENTES

- Subcomissão Permanente para a Investigação de Denúncias e Acompanhamento de Operações Policiais sobre Crime Organizado, Tráfico de Drogas e Armas, Contrabando, Crimes em Fronteiras, Pirataria, Corrupção, Lavagem de Dinheiro, Violência Rural e Urbana e Situações Conexas Pertinentes à Segurança Pública (*Estabelecida a recriação mediante aprovação do Requerimento nº 117/12, do Dep. Fernando Francischini – PEN/PR – em 28/3/12*). A subcomissão não foi instalada.

- Subcomissão Permanente para Estudar Políticas, Orçamento e Financiamento da Segurança Pública (*Requerimento nº 124/12, do Dep. José Augusto Maia – PTB/PE – aprovado em 11/4/12*). Subcomissão instalada em 16/5/12, tendo como presidente o Dep. José Augusto Maia – PTB/PE.

- Subcomissão Permanente para Discutir o Agravamento do Problema das Drogas no Brasil (*Estabelecida a criação mediante aprovação do Requerimento nº 116/12, do Dep. Givaldo Carimbão – PSB/AL, aprovado em 21/3/07, em substituição à Subcomissão Permanente para Tratar do Sistema de Segurança Pública, seus Órgãos Institucionais, Carreiras e Programas de Valorização dos Policiais*) A subcomissão não foi instalada.

ESPECIAIS

- Subcomissão Especial de Controle de Armas, Munições e Explosivos (*Aprovada a recriação mediante aprovação dos Requerimentos nºs 118/12 e 139/12, do Dep. Alessandro Molon – PT/RJ, aprovados respectivamente em 28/3/12 e 9/5/12*). A subcomissão não foi instalada.

- Subcomissão Especial para Estudar a Situação de Infraestrutura, Logística e Segurança de Fronteiras (*Aprovada a criação mediante aprovação do Requerimento nº 153/12 da Dep. Dalva Figueiredo – PT/AP, aprovado em 13/6/12*). A subcomissão não foi instalada.

- Subcomissão Especial para Reformulação do Modelo de Segurança Pública Brasileiro (*Aprovada a criação mediante aprovação do Requerimento nº 189/12, do Dep. Efraim Filho – DEM/PB, aprovado em 28/11/12*). A subcomissão não foi instalada.

ANEXOS

➤ TABELAS

1. Proposições Apreciadas na Comissão

1.1. Proposições Apreciadas na Comissão - Apensadas

2. Outras Saídas

3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão - Apensadas

4. Requerimentos

➤ RESOLUÇÃO Nº 20/04

Tabela 1. Proposições Apreciadas na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
1.	PL 84/11 PL 1392/11	Weliton Prado	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, incluindo os profissionais que trabalhem com socioeducação de adolescentes como beneficiários do Projeto Bolsa-Formação.	Pastor Eurico	Pela aprovação deste e do PL 1.392/11, apensado, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 19/9/12.
2.	PLP 128/12	Roberto Freire	Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, prevendo a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, para os municípios que sejam sedes de penitenciárias.	Enio Bacci	Pela aprovação do PLP nº 128/12, com adoção da emenda nº 1, da Comissão de Desenvolvimento Urbano.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 5/6/12.
3.	PL 175/11 PL 2810/11 PL 3756/12	Antonio Carlos Mendes Thame	Determina a adoção de número único para emergências e segurança pública.	Keiko Ota	Pela aprovação deste e dos PLs 2.810/11 e 3.756/12, apensados, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 16/11/12.
4.	PL 340/11 PL 1947/11 PL 228311	Hugo Leal	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre a confissão premiada.	Fernando Francischini	Pela aprovação do PL 340/11, com Substitutivo, e pela rejeição dos PLs 1.947/11 e 2.283/11.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 15/3/12.
5.	PL 345/11	Hugo Leal	Altera dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para aplicação do Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 26 (vinte e seis) anos de idade.	Enio Bacci (Relator do Parecer Vencedor)	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer vencedor do Dep. Enio Bacci, contra o voto do Dep. Vanderlei Siraque. Encaminhado à CSSF em 16/11/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
6.	PDC 563/12	CREDN	Aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.	Enio Bacci	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado a CCP em 22/8/12.
7.	PL 701/11	Valadares Filho	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e dá outras providências, para dispor sobre a participação de representantes da sociedade nos conselhos de segurança pública.	José Augusto Maia	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 19/4/12.
8.	PL 750/11	William Dib	Altera o inciso III e o parágrafo 8º do art. 4º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências".	Edio Lopes	Pela rejeição.	Aprovado o parecer, contra o voto do Dep. William Dib. Encaminhado à CCP em 19/4/12.
9.	PL 997/11 PL 1697/11 PL 2516/11	Duarte Nogueira	Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, para obrigar, na marcação de fábrica, o uso de "Chip" contendo os dados de identificação e segurança das armas de fogo.	Fernando Francischini	Pela aprovação do PL 997/11 e dos PLs 1.697/11 e 2.516/11, apensados, com substitutivo.	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CCJC em 11/12/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
10.	PL 1028/11	João Campos	Altera a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia.	Fernando Francischini	Pela aprovação deste e pela rejeição da Emenda apresentada ao Substitutivo.	Aprovado o parecer, contra o voto do Dep. Enio Bacci. Encaminhado à CCJC em 19/4/12.
11.	PL 1070/11	Paulo Pimenta	Altera a redação do parágrafo único do art. 2º do Estatuto do Desarmamento, colocando sob o controle do SINARM as armas de todos os policiais e dos bombeiros militares.	Alexandre Leite	Pela rejeição.	Aprovado o parecer pela rejeição. Encaminhado à CCP em 6/12/12.
12.	PL 1332/03 PL 1017/07 PL 2857/04 PL 4896/09 PL 6665/06 PL 3854/04 PL 5959/05 PL 6810/06 PL 7284/06 PL 3969/08 PL 4821/09 PL 7937/10 PL 201/11	Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre as atribuições e competências comuns das Guardas Municipais do Brasil. Regulamenta e disciplina a constituição, atuação e manutenção das Guardas Cíveis Municipais como Órgãos de Segurança Pública em todo o Território Nacional e dá outras providências.	Fernando Francischini	Pela aprovação deste, das Emendas nºs 1/2003, 2/2003 e 3/2011 apresentadas na CSPCCO, dos PLs nºs 5.959/05, 4.821/09, 7.937/10 e do PL 201/11, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs nºs 2.857/04, 3.854/04, 7.284/06, 1.017/07, 3.969/08, 6.665/06, 4.896/09 e 6.810/06, apensados.	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 6/6/12.
13.	PL 1547/11 PL 1559/11	Geraldo Resende	Acresce parágrafo ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Pinto Itamaraty	Pela aprovação deste e do PL 1559/11, apensado, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 23/3/12.
14.	PL 1548/11	Alexandre Leite	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento.	Jair Bolsonaro	Pela aprovação deste, e da Emenda 1/11, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 29/3/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
15.	PL 1594/11	Rose de Freitas	Dispõe sobre a custódia de presos nas unidades das Polícias Federal e Cíveis dos Estados e do Distrito Federal.	William Dib	Pela aprovação, com emenda.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 29/3/12.
16.	PL 1685/11	Eros Biondini	Autoriza transferência, a título de contribuição de capital, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs, em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Junji Abe	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 10/5/12.
17.	PL 1785/11 PL 7457/10 PL 283/11 PL 1841/11 PL 350/11 PL 908/11 PL 1226/11 PL 1633/11 PL 1765/11 PL 2048/11 PL 2108/11 PL 3036/11 PL 3153/12	Senado Federal	Acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao <i>bullying</i> .	William Dib	Pela aprovação deste e de todos os apensados, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CEC em 29/3/12.
18.	PL 1800/11	João Campos	Acrescenta o inciso X ao art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, tornando obrigatória a reconhecimento visuográfica do local do crime.	Delegado Protógenes	Parecer com complementação de voto, pela aprovação com emenda.	Aprovado o parecer, com complementação de voto, pela aprovação com emenda. Encaminhado à CCJC em 25/4/12.
19.	PL 1910/11	Eduardo da Fonte	Altera o art. 302 do Código de Processo Penal, para incluir como hipótese de flagrante a apresentação espontânea.	Alessandro Molon	Pela rejeição.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 15/3/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
20.	PL 1966/11	Edson Pimenta	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências", para permitir o porte de arma de fogo pelos integrantes dos órgãos policiais das Assembleias Legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.	Edio Lopes	Pela aprovação.	Aprovado o parecer, contra os votos dos Deputados João Campos e Vanderlei Siraque. Encaminhado à CCJC em 1º/8/12.
21.	PL 2080/11	Wilson Filho	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, de material educativo sobre o combate ao uso de drogas ilícitas.	Pastor Eurico	Pela aprovação do PL 2.080/11, e pela rejeição das emendas apresentadas.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCTCI em 19/4/12.
22.	PL 2232/11	Domingos Dutra	Dispõe sobre a dedutibilidade das doações ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) da base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido.	José Augusto Maia	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 19/4/12.
23.	PL 2233/11	Domingos Dutra	Altera os arts. 13, 14, 25, 59, 63, 70, 72, 75, 77, 81, 82 e 103, e acrescenta os arts. 30-A, 205 e o Capítulo VIII ao Título IV da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. - Aperfeiçoamento da Lei de Execução Penal visando a correção de lacunas do Sistema Carcerário.	Efraim Filho	Pela aprovação.	Aprovado o parecer, com complementação. Encaminhado à CFT em 6/12/12.
24.	PL 2282/11	Nelson Bornier	Torna obrigatório a utilização de detectores de metal nos estádios de futebol que especifica e dá outras providências.	Alexandre Leite	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTD em 11/12/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
25.	PL 2291/11	Gean Loureiro	Regula a investigação criminal conduzida por Oficiais de Polícia Militar e dá outras providências.	William Dib	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer, contra o voto do Deputado Fernando Francischini. Encaminhado à CREDN em 17/5/12.
26.	PL 2292/11	Gean Loureiro	Regula as ações de Polícia Administrativa exercida pelas Polícias Militares no exercício da Polícia Ostensiva e da Preservação da Ordem Pública, e dá outras providências.	Mendonça Prado	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CREDN em 17/5/12.
27.	PL 2648/11	Jorginho Mello	Dispõe sobre a instalação de equipamentos de vigilância nas arenas multiuso, ginásios e estádios de futebol, credenciados para a realização de jogos oficiais.	Alexandre Leite	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTD em 11/12/12.
28.	PL 2784/11	Poder Executivo	Dá nova redação ao art. 387 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Vanderlei Siraque	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 19/4/12.
29.	PL 2785/11	Poder Executivo	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.	Marllos Sampaio	Pela aprovação, com emenda, e pela rejeição da Emenda 1/2012.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CSSF em 10/5/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
30.	PL 2791/11 PL 3103/12 PL 3424/12 PL 3579/12 PL 3635/12 PL 3666/12 PL 4147/12	Weverton Rocha	Concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, do Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios.	Francisco Araújo	Pela aprovação deste e dos PLs 3.103/12, 3.424/12, 3.579/12, 3.635/12, 3.666/12 e 4.147/12, apensados, com substitutivo.	Aprovado o parecer, com complementação. Encaminhado à CREDN em 11/12/12.
31.	PL 2839/11	Keiko Ota	Acrescenta o art. 394-A ao Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Efraim Filho	Pela aprovação.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 24/5/12.
32.	PL 3079/11 PL 3227/12	Senado Federal	Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir isenção da contribuição destinada à Seguridade Social nos casos de contratação realizada conforme a política de reinserção social prevista no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).	Pastor Eurico	Pela aprovação deste e do PL 3227/12, apensado, com substitutivo.	Aprovado o parecer vencedor do Dep. Pastor Eurico, contra os votos dos Deps. Dalva Figueiredo e Nazareno Fonteles. Encaminhado à CSSF em 21/6/12.
33.	PL 3624/08 PL 4408/08	Tadeu Filippelli	Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências, para conceder porte de arma aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito.	Francisco Araújo	Pela aprovação deste e do PL 4.408/08, apensado, com substitutivo.	Aprovado o parecer, contra os votos dos Deputados Rodrigo Bethlem, Marllós Sampaio, Alessandro Molon, Alexandre Leite, Keiko Ota, Nazareno Fonteles e Vanderlei Siraque. Encaminhado à CCJC em 23/8/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
34.	PL 4366/12	Poder Executivo	Cria cargos nas Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal.	João Campos	Pela aprovação, com emenda.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 11/12/12.
35.	PL 6908/10	Ratinho Júnior	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor.	Marllos Sampaio	Pela aprovação, com substitutivo.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTD em 29/3/12.
36.	PL 8006/10	Jair Bolsonaro	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execuções Penais) e da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, relativamente aos crimes de quadrilha, associação para o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e contra o patrimônio praticados com grave ameaça ou violência à pessoa.	Lourival Mendes	Pela aprovação.	Aprovado o parecer, contra o voto da Deputada Dalva Figueiredo. Encaminhado à CCJC em 20/6/12.

Tabela 1.1. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 1392/11	Fernando Francischini	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências - para estender o benefício da bolsa-formação aos educadores sociais e demais monitores de centros de internação de adolescentes apreendidos.	Apensado ao PL 84/11
2.	PL 2810/11	Edinho Araújo	Determina a adoção de número único para emergências em estradas municipais, estaduais, federais e concessionadas.	Apensado ao PL 175/11
3.	PL 3756/12	Manuela D'ávila	Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 109 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer as características do serviço público de emergência e o rol mínimo de serviços que serão classificados como de emergência.	Apensado ao PL 175/11
4.	PL 1947/11	CLP	Altera a redação dos arts. 16 e 65 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 340/11
5.	PL 2283/11	Nelson Bornier	Dispõe sobre a confissão premiada.	Apensado ao PL 340/11
6.	PL 1697/11	Washington Reis	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, obrigando a gravação em arma de fogo do número da identidade do adquirente.	Apensado ao PL 997/11
7.	PL 2516/11	Cândido Vaccarezza	Acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.	Apensado ao PL 997/11
8.	PL 1017/07	Celso Russomanno	Altera dispositivo da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Apensado ao PL 1332/03
9.	PL 2857/04	Nelson Marquizezelli	Altera a redação da Lei nº 10.826/03, autorizando o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais.	Apensado ao PL 1332/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
10.	PL 4896/09	Milton Monti	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento)	Apensado ao PL 2857/04, que está apensado ao PL 1332/03
11.	PL 6665/06	Chico Sardelli	Altera a redação da Lei nº 10.826, de 2003, autorizando o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais, nos limites dos respectivos Estados.	Apensado ao PL 2857/04 que está apensado ao PL 1332/03
12.	PL 3854/04	Carlos Sampaio	Altera a redação do inciso III e suprime o inciso IV, ambos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 1332/03
13.	PL 5959/05	Chico Sardelli	Dispõe sobre regulamentação, atribuição e competências das Guardas Municipais como órgãos do Sistema de Segurança Pública em todo o Território Nacional, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1332/03
14.	PL 6810/06	Chico Sardelli	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos Guardas Municipais de todos os Municípios do Brasil.	Apensado ao PL 5959/05, que está apensado ao PL 1332/03
15.	PL 7284/06	Milton Monti	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm.	Apensado ao PL 1332/03
16.	PL 3969/08	Renato Amary	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, "que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 1332/03
17.	PL 4821/09	João Herrmann	Inclui inciso XII, no art. 295, do Código de Processo Penal (Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941).	Apensado ao PL 1332/03
18.	PL 7937/10	Celso Russomanno	Destina o número telefônico 153 para chamadas gratuitas de emergência, exclusiva para as guardas municipais.	Apensado ao PL 1332/03

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
19.	PL 201/11	Sandes Júnior	Destina o número telefônico 153 para chamadas gratuitas de emergência, exclusiva para as guardas municipais.	Apensado ao PL 7937/10
20.	PL 1559/11	Romero Rodrigues	Acresce parágrafo ao art. 155 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 1547/11
21.	PL 7457/10	Sueli Vidigal	Dispõe sobre o desenvolvimento de política "antibullying" por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.	Apensado ao PL 1785/11
22.	PL 283/11	Thiago Peixoto	Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas em todo o território nacional, e dá outras providências.	Apensado ao PL 7457/10
23.	PL 1841/11	Eliane Rolim	Dispõe sobre a realização de seminário contra a prática do bullying nas escolas da rede pública e privada de ensino.	Apensado ao PL 283/11 que está apensado ao PL 1785/11
24.	PL 350/11	Marcelo Aguiar	Cria o Programa de Combate ao Bullying Escolar.	Apensado ao PL 283/11
25.	PL 908/11	Ricardo Izar	Dispõe sobre a política "antibullying" nas instituições de ensino no País e dá outras providências.	Apensado ao PL 7457/10 que está apensado ao PL 1785/11
26.	PL 1226/11	Sandro Mabel	Insero o art. 9º-A e acrescenta os incisos IX e X ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para determinar a criação de medidas de prevenção e combate a práticas de intimidação sistemática nas escolas de educação básica.	Apensado ao PL 7457/10
27.	PL 1633/11	Felipe Bornier	Proíbe a prática de trotes violentos e de "bullying" presencial ou virtual nas instituições de ensino públicas e privadas.	Apensado ao PL 7457/10
28.	PL 1765/11	Eliane Rolim	Torna obrigatória a veiculação de mensagens, desenhos ou logomarcas educativas contra a prática do bullying nas capas e contracapas dos cadernos escolares e dos livros didáticos adquiridos pela rede pública de ensino de todo o país.	Apensado ao PL 7457/10

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
29.	PL 2048/11	Eliane Rolim	Dispõe sobre o serviço de Disque-Denúncia de atos ou infrações que favoreçam ou denotem a prática do <i>bullying</i> .	Apensado ao PL 7457/10, que está apensando ao PL 1785/11
30.	PL 2108/11	Onofre Santo Agostini	Dispõe sobre a proibição de trotes violentos e/ou vexatórios aplicados em alunos iniciantes das instituições escolares de nível médio e superior.	Apensado ao PL 1633/11 que está apensado ao PL 1785/11
31.	PL 3036/11	Aguinaldo Ribeiro	Obriga as escolas a instituírem Comissão Anti-Bullying e dá outras providências.	Apensado ao PL 7457/10 que está apensado ao PL 1785/11
32.	PL 3153/12	Andrea Zito	Acrescenta o inciso IX ao art. 12 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Apensado ao PL 1785/11
33.	PL 3103/12	Mendonça Prado	Dispõe sobre a concessão de anistia a policiais e bombeiros militares do Estado de Sergipe que participaram de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2791/11
34.	PL 3424/12	Anthony Garotinho	Concede anistia a policiais e bombeiros militares do Rio de Janeiro, punidos por participar de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2791/11
35.	PL 3579/12	Mendonça Prado	Dispõe sobre a concessão de anistia a policiais e bombeiros militares dos Estados do Maranhão, da Bahia, do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro que participaram de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2791/11
36.	PL 3635/12	André Moura	Concede anistia aos policiais e bombeiros militares do Estado de Sergipe punidos por participar de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2791/11
37.	PL 3666/12	Mendonça Prado	Dispõe sobre a concessão de anistia a policiais e bombeiros militares do Estado do Piauí que participaram de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2791/11
38.	PL 4147/12	Major Fábio	Altera a Lei nº 12.505 de 11 de outubro de 2011, para incluir na anistia os policiais e bombeiros militares dos Estados da Paraíba e Piauí punidos por participarem de movimentos reivindicatórios.	Apensado ao PL 2791/12

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
39.	PL 3227/12	Enio Bacci	Institui o Programa de Incentivo às empresas que contratarem pessoas que se submeteram ao tratamento contra dependência de drogas e álcool, por meio da isenção da contribuição Previdenciária e dá outras providências.	Apensado ao PL 3079/11
40.	PL 4408/08	João Campos	Altera o art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir porte de arma aos agentes de trânsito das Secretarias Municipais de Trânsito.	Apensado ao PL 3624/08

Tabela 2. Outras Saídas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	ENCAMINHAMENTO
1.	PL 84-E/99	Luiz Piauhyllino	Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências.	Aprovado pelo Plenário da Câmara em 7/11/12.	Encaminhado à CCP em 9/11/12.
2.	PL 1180/11	Antônia Lúcia	Dispõe sobre o fornecimento de informações por concessionária de telefonia fixa e móvel para fins de segurança pública.	Apensado ao PL 6726/10 Retirado de tramitação em 25/4/12.	Encaminhado à CCP em 25/4/12.
3.	PL 1980/11 PL 3094/12	Ratinho Júnior	Torna obrigatória a instalação de guarda-volumes nas agências bancárias e estabelecimentos similares, na forma que especifica.	Apensado ao PL 4057/98, que está apensado ao PL 4436/08.	Encaminhado à CCP em 30/5/12.
4.	PL 2057-D/07	CLP	Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes de competência da Justiça Federal praticados por grupos criminosos organizados e dá outras providências.	Aprovado pelo Plenário da Câmara em 4/7/12.	Encaminhado à CCP em 5/7/12.
5.	PL 2231/11	Domingos Dutra	Altera o art. 321 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal - O criminoso passível de condenação pelo cumprimento de penas alternativas não será recolhido à prisão no momento de lavratura do auto de prisão em flagrante ou de apreensão e poderá responder o processo em liberdade.	Retirado de tramitação em 3/7/12.	Encaminhado à CCP em 5/7/12.
6.	PL 2325/11	Jefferson Campos	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a comercialização de armas de pressão e de armas de gás comprimido.	Retirado de tramitação em 12/3/12.	Encaminhado à CCP em 15/3/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	ENCAMINHAMENTO
7.	PL 2446/11	Ricardo Berzoini	Altera o art. 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Tipifica como crime a utilização de cerol em pipas ou papagaios, assim como elaboração, produção fornecimento, comercialização das linhas mencionadas.	Apensado ao PL 402/11.	Encaminhado à CCP em 30/5/12.
8.	PL 2561/11 <i>PL 4007/12</i>	Marcelo Aguiar	Acresce dispositivo à Lei nº 10.826, de 2003 - Estatuto do Desarmamento. Explicação: Estabelece a apreensão e destruição de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo que forem fabricados e colocados à venda e cominação de multa.	Retirado de tramitação em 22/11/12.	Devolvido à CCP em 6/12/12.
9.	PL 2786/11	Poder Executivo	Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.	Aprovado no Plenário da Câmara em 13/6/12.	Devolvido à CCP em 13/6/12.
10.	PL 2786-B/11 (Emendas do Senado Federal)	Poder Executivo	Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.	Aprovado no Plenário da Câmara em 22/8/12.	Devolvido à CCP em 23/8/12.
11.	PL 3094/12	Dimas Fabiano	Determina a criação de espaços, reservado em todas as agências bancárias do País, para que a revista de bolsas e carteiras de clientes sejam realizadas em ambiente reservado, após sucessivos travamentos das portas detectoras de metais, evitando assim constrangimento ao cliente que ora são obrigados a abrirem bolsas e carteiras expondo seus objetos pessoais na entrada das agências bancárias.	Projeto principal, PL 1980/11, foi apensado ao PL 4057/98, que está apensado ao PL 4436/08.	Encaminhado à CCP em 30/5/12.
12.	PL 3380/08	Antonio Bulhões	Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marcapasso ou aparelho similar por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes.	Apensado ao PL 6750/10. Atualização de despacho em 27/2/12.	Encaminhado à CCP em 29/2/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	ENCAMINHAMENTO
13.	PL 3883/08	Vital do Rêgo Filho	Dispõe sobre a afixação de aviso de dispensa à passagem dos portadores de marcapasso pelas portas com detetores magnéticos de inspeção	Apensado ao PL 3380/08, que está apensado ao PL 6750/10. Atualização de despacho em 27/2/12.	Encaminhado à CCP em 29/2/12.
14.	PL 6750/10 PL 3883/08 PL 3380/08	Senado Federal	Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marca-passo ou aparelho similar por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, e dá outras providências.	Atualização de despacho em 27/2/12.	Encaminhado à CCP em 29/2/12.
15.	PL 7896/10	Procuradoria-Geral da República	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, define crimes e dá outras providências, para permitir o porte de arma pelos agentes de segurança do Ministério Público da União.	Retirado de tramitação em 15/8/12.	Devolvido à CCP em 21/8/12.

Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
1.	IND 912/11	Sandra Rosado	Sugere à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a criação de uma Subcomissão Especial ou Grupo de Trabalho para apreciar os problemas de violência no Brasil e elaborar proposição legislativa, coibindo a prática de atos nocivos e atentatórios ao cidadão e ao Estado.	Erika Kokay	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
2.	PL 209/11	Sandes Júnior	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a renovação da frota de veículos das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores.	Luiz Carlos		Aguardando parecer.
3.	PL 346/11	Hugo Leal	Altera dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever aumento do tempo de internação de adolescente autor de ato infracional grave e conceder-lhe formação técnico-profissional.	Alessandro Molon		Aguardando parecer.
4.	PL 347/11 PL 1052/11 PL 1895/11 PL 3503/12 PL 3680/12	Hugo Leal	Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tratar dos casos de aplicação da medida de internação.	Onyx Lorenzoni		Aguardando parecer.
5.	PL 365/11	William Dib	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar, e dá outras providências.	Pinto Itamaraty		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
6.	PL 370/11	Alessandro Molon	Estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário e Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências.	Efraim Filho	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
7.	PL 454/11	Andreia Zito	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a fim de incluir os agentes das guardas portuárias e agentes de vigilância das instituições federais de ensino, no rol das categorias profissionais beneficiárias da "Bolsa-Formação".	Hugo Leal		Aguardando parecer.
8.	PL 513/11	Senado Federal	Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso de drogas.	Alessandro Molon		Aguardando parecer.
9.	PL 583/11	Pedro Paulo	Dispõe sobre o monitoramento por instrumentos de geolocalização para os indivíduos sujeitos ao sistema penitenciário da União Federal.	William Dib	Pela rejeição.	Aguardando deliberação.
10.	PL 604/11 PL 732/11 PL 1225/11 PL3189/12 PL3273/12	Manoel Junior	Dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado e dá outras providências.	Marllos Sampaio	Pela aprovação do PL 604/11 e apensados, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
11.	PL 669/11	Weliton Prado	Dispõe sobre a aquisição, no âmbito das administrações das unidades prisionais, de alimentos produzidos pela agricultura familiar.	Pastor Eurico	Pela aprovação deste, e da Emenda nº 1, apresentada na CAPADR, com emenda.	Aguardando deliberação.
12.	PL 710/11	Weliton Prado	Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes em boates e casas noturnas alertando sobre os riscos do uso das drogas.	William Dib	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
13.	PL 918/11	Carlos Bezerra	Altera dispositivos da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento.	Alessandro Molon		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
14.	PL 1011/11 PL 1494/11 PL 1573/11	Fábio Faria	Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências.	Erika Kokay		Aguardando parecer.
15.	PL 1046/07	Maurício Trindade	Dispõe sobre a acessibilidade aos métodos contraceptivos nos presídios em todo o território nacional.	Dalva Figueiredo	Pela rejeição.	Aguardando deliberação.
16.	PL 1069/11	Ricardo Izar	Altera os arts. 41, 66 e 68 da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, e acrescenta o art. 319-B ao Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de assegurar a concessão dos benefícios da progressão de regime, da detração, da remição e do livramento condicional, e a imediata colocação em liberdade do preso que haja cumprido integralmente a pena.	Delegado Protógenes		Aguardando parecer.
17.	PL 1078/11	Delegado Protógenes	Altera a Lei nº 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
18.	PL 1341/07 PL 3027/08	Senado Federal (Demóstenes Torres)	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dar novo tratamento ao instituto da fiança no processo penal e dá outras providências	Jair Bolsonaro	Pela prejudicialidade dos PLs 1.341/07 e 3.027/08, por serem idênticos ao PL 4.208/01.	Aguardando deliberação.
19.	PL 1359/11 PL 2924/11	Iracema Portella	Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, definindo critérios para as diretrizes para doação ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e utilização dos recursos.	Lourival Mendes		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
20.	PL 1360/11 PL 1557/11	Rodrigo de Castro	Altera as Leis nº 9.613, de 03 de março de 1998; nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; e nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para ampliar as fontes de recursos e itens de cobertura do Fundo Nacional de Segurança Pública; e destacar, aos municípios, parte dos recursos para aplicação direta em projetos locais de segurança pública.	Guilherme Campos	Pela aprovação deste, e do PL 1557/11, apensado, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
21.	PL 1450/11	Roberto Britto	Eleva a alíquota do IPI incidente sobre bebidas alcoólicas, armas de fogo e munições em 5% e altera a redação da Lei nº 10.201/2001 destinando a arrecadação decorrente ao Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.	Lourival Mendes	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
22.	PL 1478/11	José Augusto Maia	Modifica a redação da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, estabelecendo condições para o recebimento do FNSP pelos Municípios.	Lourival Mendes		Aguardando parecer.
23.	PL 1557/07	Ivan Valente	Dispõe sobre a expropriação de glebas onde houver milícias armadas e dá outras providências	Enio Bacci	Pela rejeição.	Aguardando deliberação.
24.	PL 1558/11	João Campos	Dispõe sobre as organizações terroristas, os meios de prevenção, investigação, obtenção de prova, o procedimento criminal e dá outras providências.	William Dib		Aguardando parecer.
25.	PL 1585/11 PL 2945/11	Padre Ton	Dá nova redação as alíneas "b" e "i" do art. 4º e os parágrafos 2º e 3º e alíneas do art. 6º da Lei nº 4.898, de 1965, que trata do abuso de autoridade e dá outras providências.	Perpétua Almeida		Aguardando parecer.
26.	PL 1607/11 PL 1802/11	Sandra Rosado	Acresce parágrafo ao art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal", e revoga o art. 103 do mesmo diploma legal.	Gonzaga Patriota	Pela aprovação do PL 1802/11 e pela rejeição do PL 1607/11.	Devolvido ao Relator, a pedido. Aguardando parecer.
27.	PL 1754/11	Ronaldo Benedet	Altera, inclui e revoga dispositivos na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; revoga dispositivo da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.	João Campos	Pela aprovação, com 4 emendas.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
28.	PL 1819/11	Pauderney Avelino	Estabelece condições para cumprimento de pena privativa de liberdade em hospitais-presídios.	William Dib	Pela Aprovação.	Aguardando deliberação.
29.	PL 1856/11	Arthur Oliveira Maia	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento. Explicação: Aumenta as penas dos crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento.			Aguardando designação.
30.	PL 1889/11 PL 1904/11	Washington Reis	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado.	Marllos Sampaio	Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1.904/11, apensado.	Aguardando deliberação.
31.	PL 1903/11	João Campos	Acrescenta incisos e altera a redação do caput do art. 322, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, possibilitando à autoridade policial conceder fiança aos autores de crimes punidos com detenção, independente do máximo da pena cominada à infração.	Rodrigo Bethlem	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
32.	PL 2005/11 PL 2926/11	Wellington Fagundes	Destina parcela dos recursos da COFINS para tratamento e recuperação de usuários de drogas por meio do Fundo Nacional Antidrogas e do Sistema Único de Saúde.	Mauro Lopes	Pela aprovação do principal e apensado na forma do substitutivo.	Aguardando deliberação.
33.	PL 2046/11	Iracema Portella	Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar de medidas preventivas ao uso de drogas.	Gilvaldo Carimbão		Aguardando parecer.
34.	PL 2053/11	Hugo Leal	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a pena de recolhimento domiciliar, extinguir o regime de albergamento, modificar o sistema progressivo de cumprimento de pena e os requisitos à obtenção do livramento condicional, e dá outras providências.	Alexandre Leite	Pela aprovação do PL 2.053/11, com substitutivo.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
35.	PL 2297/11	Bonifácio de Andrada	Altera o inciso I do § 2º do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal. Explicação da Emenda: Aumenta a pena de crimes de roubo praticados com violência ou grave ameaça, mesmo quando a arma utilizada seja de brinquedo.	Edio Lopes	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
36.	PL 2319/07 PL 913/11 PL 1972/11 PL 2281/11 PL 2975/11	Senado Federal (Romero Jucá)	Altera a redação do caput do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública.	João Campos		Aguardando parecer.
37.	PL 2658/11	Lindomar Garçon	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos de comunicação social fornecerem coletes à prova de bala, com as especificações técnicas descritas, para os seus funcionários que façam cobertura jornalística de operações policiais.			Aguardando designação.
38.	PL 2701/11 PL 4090/12	Fabio Trad	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação da ementa: Tipifica a conduta de constranger, solicitar ou exigir dinheiro ou qualquer vantagem para explorar a permissão de estacionamento de veículo alheio ou impor serviço contra a vontade do condutor.	Efraim Filho	Pela aprovação deste e do PL 4090/12, apensado, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
39.	PL 2735/11	Dimas Fabiano	Torna obrigatória a vigilância, pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais, das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio.	Dalva Figueiredo		Aguardando parecer.
40.	PL 2753/11	Luciano Castro	Proíbe o uso de embalagens de alumínio no acondicionamento de alimentos em estabelecimentos penitenciários.	Alessandro Molon	Parecer pela rejeição.	Aguardando deliberação.
41.	PL 2773/11	Eliseu Padilha	Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.	Fernando Francischini		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
42.	PL 2801/11	Luiz Argôlo	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, para dispor sobre armas menos letais. Explicação da ementa: Determina a adoção de número único para emergências em estradas municipais, estaduais, federais e concessionadas.	Guilherme Campos	Pela aprovação, com emenda.	Aguardando deliberação.
43.	PL 2834/11	Manoel Júnior	Estabelece prioridade para atendimento, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, de projetos de prevenção à criminalidade que articulem as comunidades com os órgãos de segurança pública.	Rodrigo Bethlem	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
44.	PL 2902/11	Poder Executivo	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.	Efraim Filho	Pela aprovação, com emendas.	Aguardando deliberação.
45.	PL 2929/11	CEDROGA	Altera a Lei nº 11.343, 23 de agosto de 2006, para impedir a utilização de bens apreendidos de traficantes, cuja origem não for comprovada.			Aguardando designação.
46.	PL 2938/11	CEDROGA	Institui a Semana Nacional de Prevenção e Enfrentamento às Drogas.	Givaldo Carimbão		Aguardando parecer.
47.	PL 3243/12	Roberto de Lucena	Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências" tipificando como crime a exposição de criança ou adolescente a perigo em certas circunstâncias.	Keiko Ota	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
48.	PL 3271/12 PL 3295/12	José Stédile	Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Givaldo Carimbão		Aguardando parecer.
49.	PL 3372/12	Paulo Foletto	Dispõe sobre a escolta durante o transporte de explosivos em rodovias e ferrovias federais.	Guilherme Campos	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
50.	PL 3391/12	Carlos Bezerra	Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Sérgio Brito		Aguardando parecer.
51.	PL 3392/12	Audifax	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para permitir que empresas e instituições não governamentais possam contratar, sem vínculo empregatício, o egresso penitenciário.	Vanderlei Siraque		Aguardando parecer.
52.	PL 3408/12	Erika Kokay	Aumenta para trinta por cento o percentual de policiais militares femininos na Polícia Militar do Distrito Federal.	Keiko Ota	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
53.	PL 3462/12 PL 3703/12	André Moura	Altera a Lei Federal nº 10.671 de 15 de maio de 2003 que "Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências".	Efraim Filho		Aguardando parecer.
54.	PL 3468/12	Cláudio Cajado	Revoga os incisos I e III do art. 122 da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal.	Jair Bolsonaro	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
55.	PL 3481/12	Alexandre Leite	Dispõe sobre uso de explosivos na destruição ou rompimento de obstáculo para o crime de Furto e dá outras providências.	Arnaldo Faria de Sá	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
56.	PL 3631/12	Damião Feliciano	Dispõe sobre o financiamento imobiliário, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, em atenção aos policiais militares.	José Augusto Maia		Aguardando parecer.
57.	PL 3667/12 PL 4512/12	Romero Rodrigues	Dispõe sobre a identificação de explosivos.	Junji Abe	Pela aprovação deste e do PL 4512/12, apensado, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
58.	PL 3700/97 PL 2065/07 PL 5116/01 PL 6742/02	Zaire Rezende	Revoga o art. 21 e parágrafo único do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Explicação da ementa: revogando o dispositivo que estabelece a incomunicabilidade do preso.	João Campos		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
59.	PL 3801/12	Bruna Furlan	Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, tipificando a infração de interferência em operação policial.	Delegado Protógenes	Pela rejeição.	Aguardando deliberação.
60.	PL 3860/12	Gilmar Machado	Esta Lei altera a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, definindo regras gerais para o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.	Efraim Filho	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
61.	PL 3892/12	Geraldo Thadeu	Altera o § 3º do art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena para o sequestro relâmpago.	Keiko Ota	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
62.	PL 3941/04 PL 1010/07 PL 5041/05 PL 5604/09 PL 7170/10 PL 3380/12	Nelson Bornier	Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Carlos Sampaio		Aguardando parecer.
63.	PL 4007/12	Erika Kokay	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, para proibição das armas de brinquedo.			Aguardando designação.
64.	PL 4120/12	Bonifácio de Andrada	Determina a oitiva do Ministério Público e da Defensoria Pública antes da decretação das prisões provisória e preventiva, e dá outras providências.	Vanderlei Siraque		Aguardando parecer.
65.	PL 4140/12	Alexandre Leite	Inclui um Capítulo II-A, no Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, versando sobre garantias dos integrantes da polícia militar e dos corpos de bombeiros militar.	Jair Bolsonaro		Aguardando parecer.
66.	PL 4314/12	Arnaldo Faria de Sá	Revoga o inciso XIV, do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.	Laercio Oliveira		Aguardando parecer.
67.	PL 4444/12	Edio Lopes	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para regular a renovação do registro e do porte de armas de fogo.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
68.	PL 4445/98 PL 2857/00	Feu Rosa	Revoga a Lei nº 7.960, de 1989 que dispõe sobre prisão temporária.	Marllos Sampaio	Pela rejeição deste, e do PL 2.857/00, apensado.	Aguardando deliberação.
69.	PL 4446/12	Geraldo Resende	Altera o do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para redefinir os cargos considerados no exercício de função policial-militar.	Onyx Lorenzoni		Aguardando parecer.
70.	PL 4450/12	Jairo Bolsonaro	Acrescenta parágrafo ao art. 72, da Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006, para viabilizar o uso de drogas apreendidas para fins específicos de adestramento de cães, na forma que menciona.			Aguardando designação.
71.	PL 4471/12	Paulo Teixeira	Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941-Código de Processo Penal.	Pastor Eurico	Pela aprovação, com emendas.	Aguardando deliberação.
72.	PL 4502/12	Pastor Marco Feliciano	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", para atribuir fé pública às carteiras de identidade parlamentar emitidas pela Câmara dos Deputados.			Aguardando designação.
73.	PL 4531/12	Wilson Filho	Estabelece a obrigatoriedade da instalação de placas com informação sobre drogas ilícitas nas estradas federais.	Alexandre Leite		Aguardando parecer.
74.	PL 4546/12	Alexandre Leite	Regulamenta os jogos de ação e seus equipamentos no Brasil.	Mendonça Prado		Aguardando parecer.
75.	PL 4567/12	Major Fábio	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança, com circuito interno de televisão, em prédios públicos.			Aguardando designação.
76.	PL 4604/12	Major Fábio	Esta Lei torna obrigatória a existência de equipe multidisciplinar nas delegacias especializadas no enfrentamento às drogas.			Aguardando designação.
77.	PL 4608/12	Edson Pimenta	Dispõe sobre procedimentos para abordagem policial.			Aguardando designação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
78.	PL 4613/12	Keiko Ota	Altera o art. 148 do Decreto – Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal.			Aguardando designação.
79.	PL 4655/09	Glauber Braga	É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepena e suas consequências.	Nazareno Fonteles		Aguardando parecer.
80.	PL 4716/12	Iracema Portella	Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para criar o serviço telefônico gratuito de emergência para o recebimento de denúncias de tráfico de drogas e para a prestação de informações acerca da prevenção do uso indevido de drogas.			Aguardando designação.
81.	PL 4912/09	Nelson Bornier	Proíbe a comercialização de bebida ou outro produto em recipiente de vidro, nas boates e casas noturnas e dá outras providências.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
82.	PL 4941/09 PL 4981/09 PL 5522/09 PL 1330/11	Eduardo da Fonte	Estabelece pena aos usuários de drogas.	João Campos		Aguardando parecer.
83.	PL 5251/09 PL 2359/11	Aline Corrêa	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, proibindo que motociclistas e outras pessoas, apeados de motocicleta, circulem com o capacete na cabeça.	Hugo Leal		Aguardando parecer.
84.	PL 5618/05 PL 7456/06 PL 7741/10	Durval Orlato	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de vigia e dá outras providências.	Gonzaga Patriota	Pela aprovação deste e dos PLs 7456/06 e 7741/10, apensados, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
85.	PL 5799/09 PL 6399/09	Capitão Assunção	Estipula carga horária semanal máxima para os operadores de segurança que especifica, tais como os que compõem os organismos militares estaduais, polícia judiciária e guardas municipais.	Mendonça Prado	Pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 6399/09, apensado.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
86.	PL 6125/09 PL 2122/11 PL 2554/11 PL 3599/12	Senado Federal (Marcelo Crivella)	Disciplina o uso de cassetetes e armas perfurocortantes pelos agentes de segurança pública, nas atividades de policiamento ostensivo, em todo território nacional.	William Dib		Aguardando parecer.
87.	PL 6131/02	Lincoln Portela	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere aos instrumentos do crime.	Enio Bacci	Parecer pela aprovação do PL e da Emenda da CDC.	Aguardando deliberação.
88.	PL 6162/05	Jair Bolsonaro	Altera a redação do art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.	João Campos		Aguardando parecer.
89.	PL 6601/09 PL 7361/10	Alex Canziani	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento. Explicação da ementa: Dispõe sobre registro para posse de arma de fogo.	José Mentor		Aguardando parecer.
90.	PL 6699/09 PL 6795/10 PL 7058/10 PL 4709/12	Duarte Nogueira	Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.	João Campos		Aguardando parecer.
91.	PL 6726/10 PL 1180/11	Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre o acesso de autoridades às informações relativas à localização de aparelhos de telefonia celular.	Mauro Lopes	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
92.	PL 6971/10	Milton Monti	Acrescenta o inciso XI ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências. Explicação: Autoriza o porte de arma para colecionadores e atiradores.	Edio Lopes	Parecer pela rejeição.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
93.	PL 7251/06 PL 4211/08	Poder Executivo	Altera o art. 63 e parágrafo único da lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. Aumenta para 18 (dezoito) o número de Conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e para 3 (três) anos a duração de seu mandato.	Pastor Eurico	Pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição do apensado e da emenda apresentada.	Aguardando deliberação.
94.	PL 7309/10	Silas Câmara	Dispõe sobre o direito de acesso gratuito dos órgãos de segurança ao rádio e à televisão, e dá outras providências.	José Augusto Maia	Pela aprovação, com substitutivo	Devolvido ao relator, a pedido. Aguardando parecer.
95.	PL 7439/06 PL 7551/06	Antonio Carlos Mendes Thame	Regulamenta a imprescritibilidade e a inafiançabilidade de crimes praticados por grupos armados e associações criminosas que atentem contra a segurança e a ordem constitucional e o Estado democrático, institui medidas repressivas a estas condutas e cria novas figuras penais.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
96.	PL 7742/10 PL 938/11	Lindomar Garçon	Autoriza os Agentes Penitenciários Federais e Estaduais a portarem arma fora do horário de expediente.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
97.	PL 7934/10	Fátima Pelaes	Torna obrigatória a realização de cursos de reutilização e reciclagem do papelão descartado por supermercados e distribuidoras varejistas, a egressos do sistema prisional e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.			Aguardando designação.
98.	PL 8018/10	Jair Bolsonaro	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM.	Fernando Francischini		Aguardando parecer.

Tabela 3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 732/11	Sr. Audifax	Dispõe sobre o Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores (PNAVE) e dá outras providências.	Apensado ao PL 604/11.
2.	PL 913/11	Nilton Capixaba	Estende a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos adquiridos pelos integrantes das carreiras que compõem os órgãos relacionados no art. 144 da Constituição Federal, nas condições que estabelece.	Apensado ao PL 2319/07.
3.	PL 938/11	Mauro Nazif	Acresce dispositivos ao art. 123 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, para autorizar o porte de arma de fogo aos seus integrantes.	Apensado ao PL 7742/10.
4.	PL 1010/07	Moreira Mendes	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento). Explicação da ementa: Estabelece a competência da Polícia Civil para expedir Certificado de Registro de Arma de Fogo e autorização para o porte de arma estadual; autoriza trabalhadores e pesquisadores a portar arma de fogo para prover a própria integridade física; torna afiançável o crime de porte ilegal de arma quando se tratar de espingardas e rifles.	Apensado ao PL 3941/04.
5.	PL 1052/11	Dr. Ubiali	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para ampliar o prazo de internação do adolescente infrator, estabelecer a possibilidade de aplicação de medidas de segurança, e dá outras providências.	Apensado ao PL 347/11
6.	PL 1225/11	Weliton Prado	Dispõe sobre o serviço Disque Denúncia de Agressões contra professores que sofreram ou presenciaram algum tipo de agressão, violência ou ameaça física ou verbal nas escolas públicas e privadas.	Apensado ao PL 604/11
7.	PL 1330/11	Arnaldo Faria de Sá	Altera os arts. 28, 29, 30, 33 e 39, todos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 4981/09
8.	PL 1494/11	Junji Abe	Dispõe sobre o crime de intimidação vexatória.	Apensado ao PL 1011/11
9.	PL 1557/11	Eduardo da Fonte	Altera a Lei nº 11.343, de 2006, para determinar que os bens, numerário e os valores apreendidos e/ou auferidos com a venda judicial e alienação de bens apreendidos de traficantes sejam destinados aos Estados onde foram apreendidos.	Apensado ao PL 1360/11

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
10.	PL 1573/11	Arthur Lira	Acrescenta o art. 140-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 117-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de tipificar o crime de "bullying".	Apensado ao PL 1011/11
11.	PL 1802/11	Ronaldo Fonseca	Acresce parágrafo ao art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal", e revoga o art. 103 do mesmo diploma legal.	Apensado ao PL 1607/11
12.	PL 1895/11	Alexandre Leite	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1052/11 que está apensado ao PL 347/11.
13.	PL 1904/11	Roberto Balestra	Acrescenta a alínea c ao inciso II do art. 91 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o Capítulo IV-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 10 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Apensado ao PL 1889/11.
14.	PL 1972/11	Washington Reis	Altera o caput do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, "que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial", para estender aos órgãos de segurança pública dos Municípios a isenção do IPI na aquisição dos produtos que especifica.	Apensado ao PL 2319/07
15.	PL 2065/07	Manoel Junior	Revoga o art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - o Código de Processo Penal, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3700/97.
16.	PL 2122/11	Walney Rocha	Dispõe sobre o uso preferencial de armas não-letais pelos agentes da lei em âmbito nacional de forma a possibilitar o uso gradual e escalonado da força.	Apensado ao PL 6125/09
17.	PL 2281/11	Costa Ferreira	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos adquiridos por policiais militares, nas condições que estabelece.	Apensado ao PL 913/11 que está apensado ao PL 2319/07.
18.	PL 2359/11	Reinaldo Azambuja	Acrescenta o art. 57-A, incisos e parágrafos; art. 57-B e art. 255-A a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, proibindo o uso de capacetes, ou equipamentos que dificultem a identificação, pelo condutor e pelo passageiro de motocicletas nas situações que especifica.	Apensado ao PL 5251/09
19.	PL 2554/11	João Campos	Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo, padronizando o uso da força pelos órgãos de segurança pública.	Apensado ao PL 2122/11 que está apensado ao PL 6125/09
20.	PL 2857/00	Júlio Delgado	Altera o art. 2º, caput e § 7º da lei 7960, de 21 de dezembro de 1989.	Apensado ao PL 4445/98

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
21.	PL 2924/11	CEDROGA	Permite a dedução, do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, de doações e patrocínios no apoio a projetos apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas relacionados à recuperação de usuários de drogas, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1359/11
22.	PL 2926/11	CEDROGA	Inclui fonte de recursos para o Fundo Nacional Antidrogas, na forma que determina.	Apensado ao PL 2005/11
23.	PL 2945/11	Domingos Dutra	Acresce alínea ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.	Apensado ao PL 1585/11
24.	PL 2975/11	Aureo	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos adquiridos por bombeiros e policiais militares, na forma que estabelece.	Apensado ao PL 2281/11 que está apensado ao PL 2319/07
25.	PL 3027/08	Carlos Souza	Altera o art. 322 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para autorizar a concessão de fiança pela autoridade policial quando atendidos os requisitos previstos no art. 44 do Código Penal.	Apensado ao PL 1341/07.
26.	PL 3189/12	Junji Abe	Modifica os arts. 121, 129, 146 e 147 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 732/11 que está apensado ao PL 604/11.
27.	PL 3273/12	Iracema Portella	Dispõe sobre a Política de Previdência á Violência contra Educadores e dá outras providências.	Apensado ao PL 604/11
28.	PL 3295/12	Roberto de Lucena	Inclui dispositivos no Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensada ao PL 3271/12
29.	PL 3380/12	Edson Pimenta	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para especificar os procedimentos para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 7170/10 que está apensado ao PL 3941/04
30.	PL 3503/12	Ronaldo Benedet	Altera dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Apensado ao PL 347/11.
31.	PL 3599/12	Onofre Santo Agostini	Fica proibido o uso de arma de eletrochoque em seres humanos, em todo Território Nacional.	Apensado ao PL 6125/09
32.	PL 3680/12	Hugo Leal	Altera a redação do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", a fim de estabelecer critério para a aplicação do conceito de reiteração, com vistas à aplicação da medida de internação.	Apensado ao PL 347/11
33.	PL 3703/12	Guilherme Campos	Acrescenta o art. 13-B na Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.	Apensado ao PL 3462/12
34.	PL 4090/12	Severino Ninho	Acrescenta o art. 160-A ao Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 2701/11
35.	PL 4211/08	CPICARCE	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.	Apensado ao PL 7251/06.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
36.	PL 4512/12	Wellington Fagundes	Obriga os fabricantes e os importadores de material explosivo a adotarem mecanismo de identificação que permaneça intacto após o processo de detonação.	Apensado ao PL 3667/12.
37.	PL 4709/12	Onofre Santo Agostini	Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.	Apensado ao PL 6699/09.
38.	PL 4981/09	Laerte Bessa	Altera os arts. 27, 28, 29, 33 e 39, todos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 4941/09.
39.	PL 5041/05	Onyx Lorenzoni	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 3941/04.
40.	PL 5116/01	José Carlos Coutinho	Invalida o art. 21 e o seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - o Código de Processo Penal. Explicação da ementa: Revogando o artigo que trata da incomunicabilidade do indiciado no inquérito policial.	Apensado ao PL 3700/97.
41.	PL 5522/09	Francisco Tenório	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei Antidrogas) para tornar crime o uso de drogas e estabelecer pena a seus usuários.	Apensado ao PL 4941/09
42.	PL 5604/09	Paes de Lira	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	Apensado ao PL 5041/05 que está apensado ao PL 3941/04
43.	PL 6399/09	Mauro Nazif	Inclui parágrafo único ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária semanal máxima de quarenta e oito horas.	Apensado ao PL 5799/09
44.	PL 6742/02	José Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941.	Apensado ao PL 3700/97.
45.	PL 6795/10	Washington Luiz	Cria o Cadastro Único de Pessoas Desaparecidas.	Apensado ao PL 6699/09.
46.	PL 7058/10	Paulo Roberto Pereira	Cria o Cadastro de Pessoas Desaparecidas.	Apensado ao PL 6699/09.
47.	PL 7170/10	Nelson Goetten	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para especificar os procedimentos para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 3941/04.
48.	PL 7361/10	Pompeo de Mattos	Altera o art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, permitindo a reabertura de prazos para recadastramento de armas de fogo e dá outras providências.	Apensado ao PL 6601/09.
49.	PL 7456/06	Milton Monti	Dispõe sobre a regulamentação da atividade de Vigilante Noturno e Diurno Autônomo.	Apensado ao PL 5618/05
50.	PL 7551/06	Paulo Lima	Torna imprescritíveis e inafiançáveis os crimes praticados por grupos armados e associações criminosas.	Apensado ao PL 7439/06.
51.	PL 7741/10	Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre o reconhecimento da profissão de vigia autônomo e afins e da outras providências.	Apensado ao PL 5618/05

Tabela 4. Requerimentos

Abreviaturas: Tipo: SC - Subcomissão ou Grupo de Trabalho AP - Audiência Pública OE - Outros Eventos D - Assuntos Diversos RI - Requerimento de Informação

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
114	CABO JULIANO	Requer a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de acompanhar a situação dos policiais militares presos nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte.	SC	14/3/12 Aprovado com a inclusão dos Bombeiros Militares e dos Policiais Civis e pelo envio de correspondência à Ordem dos Advogados do Brasil tratando do desrespeito ao princípio da ampla defesa.	
115	LINCOLN PORTELA	Requer a indicação de membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para participar do 21º Simpósio Internacional de Polícia Executiva - IPES, entre os dias 5 e 10 de Agosto de 2012.	SC	14/3/12 Aprovação com ônus para a Câmara dos Deputados.	
116	GIVALDO CARIMBÃO E OUTROS	Requer a criação de Subcomissão Permanente para discutir o agravamento do problema das drogas no Brasil.	SC	21/3/12 Aprovada a criação desta Subcomissão Permanente em substituição à Subcomissão Permanente para Tratar do Sistema de Segurança Pública, Seus Órgãos Institucionais, Carreiras e Programas de Valorização dos Policiais.	
117	FERNANDO FRANCISCHINI E OUTROS	Requer seja reinstalada a Subcomissão Permanente para a Investigação de Denúncias e Acompanhamento de Operações Policiais sobre Crime Organizado, Tráfico de Drogas e Armas, Contrabando, Crimes em Fronteiras, Pirataria, Corrupção, Lavagem de Dinheiro, Violência Rural e Urbana.	SC	28/3/12 Aprovado.	
118	ALESSANDRO MOLON E OUTROS	Requer a criação de Subcomissão Especial de Controle de Armas e Munições.	SC	28/3/12 Aprovado, contra o voto do Dep. Jair Bolsonaro.	
119	CABO JULIANO	Solicita realização de audiência pública para discussão do tema: "o Novo Código de Ética dos Policiais e Bombeiros Militares.	AP		
120	STEPAN NERCESSIAN	Requer a realização de Audiência Pública com o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, bem como o Sr. Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, para debater acerca da diminuição dos recursos a serem utilizados na construção das UPPs - unidades pacificadoras.	AP		
121	PINTO ITAMARATY	Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Segurança Pública e combate ao Crime Organizado para discutir o Projeto de Lei 84/1999 que dispõe sobre crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências.	AP	28/3/12 Aprovado.	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
122	EFRAIM FILHO	Requer a ratificação por este Plenário da indicação para representar a CSPCCO na XXXIII Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Pública do Nordeste - CONSENE, a realizar-se nos dias 22 e 23 do mês em curso em São Luiz/MA.	OE	21/3/12 Aprovado.	26/3/12 Arquivado.
123	EFRAIM FILHO	Requer a realização de audiência pública para discussão dos problemas relacionados aos furtos de caixas eletrônicos e de terminais de autoatendimento de instituições financeiras no Brasil.	AP	28/3/12 Aprovado.	15/5/12 Audiência Pública realizada. 17/5/12 Arquivado
124	JOSÉ AUGUSTO MAIA	Requer a reinstalação da Subcomissão Permanente para Estudar Políticas, Orçamento e Financiamento da Segurança Pública.	SC	11/4/12 Aprovado.	16/5/12 Subcomissão reinstalada. Arquivado.
125	ANDREIA ZITO E OUTROS	Solicita seja convocado o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre a drástica redução do apoio do Governo Federal à instalação e manutenção das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro.	AP	21/3/12 Aprovado, transformada a convocação em requerimento de informação. 22/3/12 Apresentado o Requerimento de Informação nº 1939/12. 17/4/12 Recebida a resposta do Ministério da Justiça. Encaminhada aos Gabinetes via e-mail em 18/3/12.	17/4/12 Arquivado.
126	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer aditamento ao Requerimento nº 100/2011, aprovado em 16 de novembro de 2011.	AP	28/3/12 Aprovado, com a inclusão do Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo.	
127	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso, sobre a Operação Monte Carlo da Polícia Federal.	D	28/3/12 Aprovado, com a inclusão de solicitação de dados referentes a operação Las Vegas e que as informações sejam encaminhadas à Comissão de forma sigilosa, ressaltando que as informações serão apreciadas pelo colegiado em reunião secreta.	28/3/12 Encaminhado Requerimento de Informação ao Ministro da Justiça. 17/5/12 Recebido Ofício 1ª Sec/RI/nº 1284/12 com as informações. 23/5/12 Encaminhado Ofício 106/12-Pres. ao Autor com cópia da resposta. Arquivado.
128	ALESSANDRO MOLON	Requer a inclusão de convidados ao Requerimento nº 121, de 2012, aprovado em 28 de março de 2012, para discutir o Projeto de Lei 84/1999 que dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências".	AP	11/4/12 Aprovado.	
129	EFRAIM FILHO	Requer seja ratificada por este Colegiado a indicação do Presidente para representar a CSPCCO no 25º Fórum da Liberdade, em Porto Alegre-RS.	OE	11/4/12 Aprovado.	18/4/12 Arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
130	EFRAIM FILHO	Requer a realização de audiência pública para discutir o tema 'Uso de munições recarregadas.	AP	11/4/12 Aprovado, com alteração.	22/5/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
131	EFRAIM FILHO	Requer seja ratificada por este Colegiado a indicação do Presidente para representar a CSPCCO na Reunião do Comitê Gestor do Pacto pela Vida, em Recife – PE.	OE	11/4/12 Aprovado.	27/4/12 Arquivado.
132	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer seja realizada reunião de Audiência Pública com os convidados que indica para discutir as denúncias sobre a realização de grampos ilegais contra parlamentares e jornalistas.	AP		
133	JOÃO CAMPOS	Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e de Família, para discutir os efeitos das armas de choque (taser) no ser humano.	AP	18/4/12 Aprovado.	
134	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer que seja realizada uma reunião de Audiência Pública com os convidados que indica para discutir sobre a criação de indenizações de fronteira para policiais lotados nas regiões de difícil provimento.	AP	18/4/12 Aprovado, com alteração.	29/5/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
135	MENDONÇA PRADO	Requer seja realizada reunião de Audiência Pública para discutir a atual situação dos policiais e bombeiros militares e as políticas públicas de valorização dos profissionais de segurança.	AP	18/4/12 Aprovado.	8/5/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
136	DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL 1.069, de 2011 que altera os arts.41,66 e 68 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, e acrescenta o art. 319-B ao Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, a fim de assegurar a concessão dos benefícios da progressão de regime, da detração, da remição e do livramento condicional, e a imediata colocação em liberdade do preso que haja cumprido integralmente a pena.	AP	9/5/12 Aprovado com a inclusão dos seguintes convidados José Robalinho Cavalcante, Procurador da República; e do Juiz Luis Geraldo Santana Lanfredi.	10/7/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
137	DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 1.078 que altera a Lei 10.446, de 8 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.	AP	9/5/12 Aprovado com a inclusão como convidado do Sr. Renato Rovai, Presidente da Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação, contra o voto do Deputado Francisco Araújo.	12/6/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
138	KEIKO OTA	Requer que seja realizada Audiência Pública, para discutir crimes contra a vida.	AP	9/5/12 Aprovado.	
139	ALESSANDRO MOLON E OUTRO	Requer Aditamento ao Requerimento nº 118, aprovado em 28 de março de 2012.	AP	9/5/12 Aprovado.	
140	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer seja realizada reunião de Audiência Pública com os convidados que indica para discutir assuntos inerentes aos grampos ilegais feitos contra autoridades.	AP	16/5/12 Aprovado com a inclusão dos jornalistas Mino Pedrosa e Edson Sombra.	

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
141	ERIKA KOKAY	Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias desta Casa, para discutir propostas de humanização do sistema prisional voltado para os (as) presidiários (as) nas áreas de trabalho, educação e assistência social.	AP	9/5/12 Aprovado.	
142	ERIKA KOKAY	Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e minorias desta Casa, para discutir a Política Nacional de Segurança Pública.	AP	9/5/12 Aprovado.	
143	EFRAIM FILHO	Requer seja ratificada por este Colegiado a indicação do Presidente e de outros dois membros para representar a CSPCCO em visita a instituições de segurança pública da cidade de Buenos Aires.	OE	9/5/12 Aprovado.	4/6/12 Arquivado.
144	WILLIAM DIB	Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.819/11, do Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).	AP	9/5/12 Aprovado.	
145	EFRAIM FILHO	Requer aditamento ao Requerimento nº 123/2011, aprovado em 28 de março de 2012.	AP	9/5/12 Aprovado a inclusão como convidados de representante da Associação Brasileira dos Sindicatos e Entidades de Segurança Privada - ABSESP; e de Carlos Alberto Cordeiro da Silva, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF.	15/5/12 Audiência Pública realizada. 17/5/12 Arquivado.
146	MARLLOS SAMPAIO	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a crescente violência sofrida pela mulher praticada pelo seu atual ou ex-namorado, marido ou companheiro, com a finalidade de promovermos medidas eficazes para prevenção e combate desta modalidade criminosa.	AP	16/5/12 Aprovado.	20/11/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
147	MARLLOS SAMPAIO	Requer aos membros desta Comissão Moção de Repúdio contra a atitude do Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Piauí, Robert Rios Magalhães, que pronunciou levemente palavras desrespeitosas contra um representante da Câmara dos Deputados.	D	23/5/12 Aprovado.	31/5/12 Ofício Presidente nº 136/12, encaminhado para o Sr. Robert Rios Magalhães. Arquivado.
148	JOSÉ AUGUSTO MAIA E OUTROS	Requer a realização de seminário para debater "os investimentos na área da segurança pública nos estados brasileiros", etapa Paraíba.	OE	23/5/12 Aprovado.	13/7/12 Seminário realizado em 13/7/12. Arquivado.
149	MENDONÇA PRADO	Requer seja realizado Seminário para discussão da situação do "Tráfico de Pessoas no Brasil" e lançamento do Grupo de Estudos sobre Tráfico de Pessoas da Universidade Católica de Brasília.	OE	23/5/12 Aprovado.	5/6/12 Seminário realizado. Arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
150	DELEGADO PROTÓGENES E ENIO BACCI	Requer a inclusão do nome do Desembargador Dr. Diógenes Vicente Hassan Ribeiro (TJ/RS) – Vice Presidente de assuntos legislativos da AMB como debatedor na Audiência Pública que discutirá o PL 1.069 de 2011 que altera os arts. 41,66 e 68 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a lei de Execução Penal, e acrescenta o art. 319-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, a fim de assegurar a concessão dos benefícios da progressão de regime, da detração, da remição e do livramento condicional, e a imediata colocação em liberdade do preso que haja cumprido integralmente a pena.	AP	5/6/12 Aprovado.	10/7/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
151	WILLIAM DIB	Requer a realização de Audiência Pública para debater as mortes de jornalistas investigativos conforme matéria veiculada no portal eletrônico do Correio Pantaneiro do dia 3 de abril de 2012.	AP	30/5/12 Aprovado com as inclusões da Federação Nacional de Jornalistas – FENAJ; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo; Associação Brasileira de Imprensa – ABI; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI e repórteres sem fronteiras.	3/7/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
152	PASTOR EURICO E OUTROS	Requer a realização de visita à fábrica de munições CBC e à fábrica de armamentos Taurus.	OE	30/5/12 Aprovado.	6/12/12 Viagem à CBC realizada. 13/12/12 Viagem à Taurus realizada. Arquivado.
153	DALVA FIGUEIREDO	Requer a criação de Subcomissão Especial para estudar a situação de infraestrutura, logística e segurança de fronteiras.	SC	13/6/12 Aprovado.	
154	JOÃO CAMPOS, ENIO BACCI E ALESSANDRO MOLON	Solicita a realização de Audiência Pública para debater os Projetos de Lei n.º 3.624/2008, 6.971/2010, 1.754/2011, 1.966/2011 e 2.561/2011, que alteram a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Estatuto do Desarmamento.	AP	5/6/12 Aprovado com alterações.	19/6/12 Audiência Pública realizada. 20/6/12 Arquivado.
155	ALESSANDRO MOLON	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a respeito da concessão de porte de armas no Brasil.	AP	5/6/12 Aprovado com alterações.	19/6/12 Audiência Pública realizada. 20/6/12 Arquivado.
156	ALESSANDRO MOLON	Requer a realização de audiência pública par discutir a respeito da fiscalização e controle das empresas de segurança privada no Brasil.	AP	13/6/12 Aprovado.	
157	EFRAIM FILHO	Requer seja ratificada por este Colegiado a indicação do Presidente para representar a CSPCCO no Fórum Legislativo de Segurança Pública, em Belo Horizonte - MG.	OE	13/6/12 Aprovado.	26/6/12 Arquivado.

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
158	EDIO LOPES E LINCOLN PORTELA	Requer a inclusão de convidado para Audiência Pública a realizar-se em 19 de junho do corrente ano.	AP	13/6/12 Aprovado.	19/6/12 Audiência Pública realizada. 20/6/12 Arquivado.
159	EFRAIM FILHO	Solicita realização de Audiência Pública para discutir os Projetos de Lei nº 7195 de 2010, de autoria do deputado Jefferson Campos, e nº 3462 de 2012, do deputado André Moura, que dispõem sobre o Estatuto do Torcedor e dão outras providências, dentre elas o estabelecimento de limite de horário para início das partidas noturnas de futebol.	AP	27/6/12 Aprovado.	
160	MENDONÇA PRADO	Requer que seja enviada Moção de Apoio ao pleito dos aprovados no concurso público do DPRF 2009 não convocados para os exames médicos.	D	11/7/12 Aprovado.	
161	EFRAIM FILHO	Requer seja incluído nome de convidado na audiência pública do dia 3 de julho de 2012.	AP	27/6/12 Aprovado.	3/7/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
162	HUGO LEAL	Requerimento de inclusão do PL 330/2011, para discussão em conjunto, em Audiência Pública.	AP	8/8/12 Aprovado.	
163	MENDONÇA PRADO	Requer seja promovido pela Comissão Seminário para discussão dos problemas relacionados ao sistema prisional brasileiro, denominado Seminário Brasileiro do Trabalhador do Sistema Penal - Etapa Nordeste, a ser realizado na cidade de Aracaju.	OE	11/7/12 Aprovado.	
164	DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL 2.825, DE 2003 que acrescenta os arts. 77-A e 86-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal", e da outras providências.	AP		
165	DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de audiência pública para discutir a estrutura de segurança nos estádios de futebol, durante realização da Copa do Mundo de 2014.	AP	8/8/12 Aprovado.	
166	EFRAIM FILHO	Requer a realização de audiência pública para discutir o tema e questões abordadas no 6º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ocorrido entre 16 e 18 de julho de 2012, na cidade de Porto Alegre - RS.	AP	8/8/12 Aprovado.	27/11/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
167	LOURIVAL MENDES E DELEGADO PROTÓGENES	Requer, nos termos do artigo 255 do RICD, a realização de Audiência Pública a apresentação do Relatório da viagem, em Missão Oficial ao Estado de Israel, ocorrida em junho de 2012.	AP	22/8/12 Aprovado.	
168	FERNANDO FRANCISCHINI	Requer a realização de mesa-redonda para debater a veracidade ou não de informações utilizadas para suposta investigação do Ministério Público do Trabalho - MPT sobre exploração de trabalho infantil por parte do Coral dirigido pelo Banco HSBC em Curitiba - PR, em data a ser definida.	OE	8/8/12 Aprovado.	13/8/12 Mesa-redonda realizada. 14/8/12 Arquivado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
169	JOÃO CAMPOS	Requer à Presidência que encaminhe pedido de informações ao Ministro da Justiça, no sentido de verificar a veracidade de dados estatísticos divulgados pela imprensa a respeito de crimes de homicídio, praticados em virtude de homofobia.	D	22/8/12 Aprovado.	Requerimento de Informação nº 2472/12 encaminhado ao Ministro da Justiça 23/11/12 Encaminhada resposta ao Autor. Arquivado.
170	ENIO BACCI	Solicita realização de Audiência Pública para esclarecer matéria publicada pela Folha de São Paulo do dia 4/9/2012, a qual se refere à suspensão da construção de presídios com paredes finas em alguns Estados Brasileiros.	AP	5/9/12 Aprovado, com a inclusão de um representante das empresas de construção que atuam na área da segurança.	
171	FERNANDO FRANCISCHINI	Solicita a realização de Audiência Pública com a presença dos representantes das entidades de classe da Polícia Federal e dos Ministérios da Justiça e do Planejamento para prestar esclarecimentos acerca da greve da Polícia Federal.	AP	7/11/12 Aprovado.	22/11/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
172	DELEGADO PROTÓGENES, IZALCI, ANDRÉ FIGUEIREDO, PAULO RUBEM SANTIAGO, MARCOS ROGÉRIO E LOURIVAL MENDES	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Reestruturação salarial e atribuições da Polícia Federal.	AP	7/11/12 Aprovado.	22/11/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
173	DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de audiência pública para discutir a não convocação dos excedentes aprovados para o cargo de Agente de PF.	AP	7/11/12 Aprovado.	22/11/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
174	DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de audiência pública para discutir a crise da segurança pública no Estado de São Paulo	AP	7/11/12 Aprovado.	13/11/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
175	ALEXANDRE LEITE	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de investigar as causas que levam alguns Estados brasileiros a ter índices de violência acima da média nacional, bem como analisar e protestar contra mortes de policiais e apresentar soluções para os problemas.	AP	7/11/12 Aprovado.	13/11/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
176	CARLOS SAMPAIO	Solicita a realização de audiência pública, para discutir a crise da segurança pública no Distrito Federal e no Estado da Bahia.	AP		
177	VANDERLEI SIRAQUE	Requer a realização de Audiência Pública, para discutir o aumento dos de índices violência, em especial homicídios de policiais e civis, no Estado de São Paulo.	AP	7/11/12 Aprovado.	13/11/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
178	EFRAIM FILHO	Requer seja autorizada viagem de grupo de parlamentares a Pequim-China.	OE	13/11/12 Aprovado.	17 a 22/12/12 Viagem realizada. Arquivado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
179	EFRAIM FILHO	Requer seja autorizada viagem de grupo de parlamentares à cidade de São Paulo.	OE	20/11/12 Aprovado.	26/11/12 Viagem realizada.
180	MENDONÇA PRADO ALEXANDRE LEITE	Requer que seja enviada Moção de Apoio ao pleito dos aprovados no concurso público para Agente de Polícia Federal – 2012 não convocados para curso de formação para o Ministro de Estado da Justiça.	D	28/11/12 Aprovado.	Arquivado. 29/11/12 Encaminhada moção ao Ministério da Justiça. Arquivado.
181	DELEGADO PROTÓGENES E OUTROS	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Reestruturação Salarial e Atribuições da Polícia Federal.	AP		
182	EFRAIM FILHO	Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para esclarecimentos sobre o aumento dos índices de violência no Brasil, em especial no Estado de São Paulo, e sobre as operações Porto Seguro e Durkheim da Polícia Federal.	AP	28/11/12 Aprovado. Conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.	4/12/12 Audiência Pública realizada. Arquivado.
183	EFRAIM FILHO	Solicita seja convocado a comparecer à Comissão o Senhor Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, a fim de prestar esclarecimentos acerca do envolvimento de membro da AGU entre os indiciados pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro.	AP		
184	EFRAIM FILHO	Solicita sejam convidados a comparecer à Comissão, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, os senhores Cyonil da Cunha Borges de Faria Júnior, Rubens Carlos Viera, Paulo Rodrigues Viera e José Weber Holanda Alves.	AP		
185	ONYX LORENZONI	Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro.	AP		
186	ONYX LORENZONI	Solicita a convocação do Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro.	AP		
187	ONYX LORENZONI	Solicita a convocação do Advogado-Geral da União, Sr. Luis Inácio Lucena Adams, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro.	AP		
188	ONYX LORENZONI	Solicita a convocação da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Gleisi Hoffmann, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro.	AP		
189	EFRAIM FILHO	Requer a criação de Subcomissão Especial para reformulação do modelo de segurança pública brasileiro.	SC	28/11/12 Aprovado.	
190	DELEGADO PROTÓGENES E OUTROS	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Reestruturação Salarial da carreira da Polícia Militar do Distrito Federal; do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal.	AP		
191	ONYX LORENZONI	Convida a Sra. Rosemary Nóvoa de Noronha para prestar depoimento nesta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	AP		

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
192	EFRAIM FILHO	Requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça informações acerca das entradas e saídas do país realizadas pela senhora Rosemary Nóvoa de Noronha, ex-chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo durante o exercício de suas atividades profissionais.	D		
193	DELEGADO PROTÓGENES	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei Nº 2.825, de 2003, que acrescenta os arts. 77-A e 86-A à Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal", e dá outras providências.	AP		
194	EFRAIM FILHO	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 370/11.	AP		
195	EFRAIM FILHO	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 3.860/12.	AP		
196	CARLOS SAMPAIO E BRUNO ARAÚJO	Solicita seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza para prestar esclarecimentos acerca da participação do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no escândalo de corrupção conhecido como "Mensalão", nos termos depoimento prestado ao Ministério Público e divulgado pelo jornal "O Estado de São Paulo", em 11.12.2012.	AP		

Resolução nº 20, de 2004

*Dá nova redação aos arts. 25, 26, 29, 32 e 39
do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.*

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte
Resolução:

Art. 1º

Art. 4º O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar
com a seguinte redação:

"Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos
ou áreas de atividade:

.....

XVI - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

a) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao
tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas;

b) combate ao contrabando, crime organizado, seqüestro, lavagem de dinheiro,
violência rural e urbana;

c) controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e vítimas de crime, e
suas famílias;

d) matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais;

e) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas ao crime organizado,
narcotráfico, violência rural e urbana e quaisquer situações conexas que afetem a segurança
pública;

f) sistema penitenciário, legislação penal e processual penal, do ponto de vista da
segurança pública;

g) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;

h) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas governamentais de
segurança pública;

i) colaboração com entidades não-governamentais que atuem nas matérias elencadas
nas alíneas deste inciso, bem como realização de pesquisas, estudos e conferências sobre
as matérias de sua competência;

.....
Câmara dos Deputados, 17 de março de 2004 - Deputado JOÃO PAULO CUNHA, Presidente

EQUIPE TÉCNICA

QUADRO EFETIVO

Ricardo Menezes Perpétuo
Secretário de Comissão Permanente

Ana Maria Ramos Cavalcanti
1ª Substituta de Secretário de Comissão

Gleice Chagas dos Angelos
2ª Substituta de Secretário de Comissão

Carolina Padilha Santos
Controle e Execução

Giovana Sílvia Cherchi Silva
Assistente de Comissão

João Marcos Ferreira Cantarino
Adjunto de Secretário de Comissão

José Carlos Araújo Lopes Júnior
Tramitação de Proposições

Maria de Fátima Vieira Ornelas
Secretária da Presidência

PRÓ-ADOLESCENTES

Bárbara Sampaio Pereira
Kamila Lima Peixoto

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL

Adriana Araújo de Oliveira Paulúcio
Eliano Alves Fernandes
Márcia Cristina Rodrigues Teixeira
Taciana Marinho Regis de Moura
Tiago Augusto Camargo de Souza

Contatos

Portal da Câmara dos Deputados
<http://www.camara.leg.br>

e-mail da Comissão
cspcco.decom@camara.leg.br

Endereço
Câmara dos Deputados - Anexo II
Sala 166-C - CEP 70.160-900

Telefones
0xx61 3216-6761 / 0xx61 3216-6762 / 0xx61 3216-6770 (fax)

